

012ª SESSÃO ORDINÁRIA - 01MAR2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Estão abertos os trabalhos da presente Sessão.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sr. Presidente, requiro a V. Exa. que coloque ao Plenário a possibilidade de anteciparmos a Pauta, eis que temos dois Projetos do Executivo que interessam muito à Saúde na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Ver. João Pancinha, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Ver. Sebastião Melo.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, uma boa-tarde a todos. Falo aqui no período de Liderança do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, na forma de rodízio estabelecida pelo nosso Líder, Ver. Thiago Duarte. Faço uma saudação especial às comunidades que vêm a esta Casa, hoje, mais uma vez, dialogar sobre a reivindicação de vocês. Algumas pessoas eu conheço aqui na platéia. Poucas pessoas vêm aqui fazer as reivindicações.

Estamos esperando o Dr. Flávio Presser, Diretor-Geral do DMAE. Já vejo aqui o seu assessor Fornari; e o companheiro Bichinho, lá do DMAE, que nos dá bastante assistência nas nossas comunidades.

Nós, do PDT, estamos aqui, eu, o Ver. Thiago Duarte, o Ver. Luciano Marcantônio e o Ver. Mauro Zacher, Presidente da Casa e representante do nosso Partido nesta Casa, para poder apoiar vocês no que for possível.

A princípio, acredito que vocês, estando aqui, têm toda a razão de reivindicar. Queria falar, neste período de Liderança do meu Partido, que nós temos boas notícias - nem só coisas ruins acontecem na Cidade. O Prefeito Fortunati tem nos acompanhado bastante, e vejo aqui também algumas pessoas que frequentam a nossa comunidade. Em especial, eu queria dar os parabéns ao Prefeito Fortunati e ao Secretário Cássio Trogildo pela revitalização do asfalto na Avenida do Lami. Quem conhece - e aqui há muita gente que conhece - a Avenida do Lami sabe que há quase 30 anos não era feito um remendo lá, e, agora, o Prefeito Fortunati autorizou o Secretário Cássio Trogildo a revitalizar o asfalto, para a nossa felicidade e para a felicidade daquele Extremo Sul todo, que tanto sofre, em especial as pessoas que pegam o ônibus lá no Lami, que demora uma hora e vinte minutos para chegar até o Centro de Porto Alegre. Hoje, com aquele asfalto, pelo menos facilita um pouco a condução daquela população. Então, queria dar os parabéns ao Prefeito Fortunati, ao nosso Governo, por esse asfalto no Lami.

Também quero dizer ao Ver. DJ Cassiá, que trabalha bastante com a juventude, e ao Ver. Tarciso Flecha Negra, também, que estivemos lá com o Secretário da Juventude, Luizinho Martins. A juventude também precisa de algumas coisas para não entrar, na verdade, em outra vida, em outra atividade, e nós estamos conseguindo, lá em Belém Novo, colocar uma pista de *skate*, depois de muito trabalho, muita reivindicação. Existem pessoas que já estão esperando por essa pista de *skate*, há bastante tempo; agora, nós temos o sinal verde do Prefeito Fortunati e do Secretário Luizinho, e estaremos instalando a pista de *skate* lá em Belém Novo.

Vejo aqui também o Paulão, da Rua Um, um grande líder comunitário. Eu já tinha dado as boas-vindas para todos os comunitários, Paulão. Tu também és um lutador, já coloquei o nosso Partido à disposição. Acho que vocês merecem

uma boa explicação. Já vejo o Diretor-Geral Flávio Presser aqui, que, com certeza, dará as explicações necessárias. Queremos é que não aconteça mais o que aconteceu naquela região do Beco do Adelar, em especial na Juca Batista. Nós, do PDT, ficamos contentes com o trabalho que o Diretor do DMAE faz à frente do Departamento Municipal de Água e Esgotos e temos certeza de que não acontecerão mais esses fatos lamentáveis que aconteceram. E não foi por culpa de alguém: foi por um fator do clima que veio a acontecer o que aconteceu lá, em especial no Beco do Adelar. Então, queria fazer uma saudação especial para o Flávio Presser e dizer que o nosso Partido está ao seu lado também nessas lutas que vão acontecer daqui para frente, para que não aconteçam mais os fatos que aconteceram lá.

Também gostaria de agradecer ao pessoal da Vila Farrapos. Estivemos lá fazendo uma visita ao posto de saúde, à praça, fomos olhar a pista de *skate* que existe lá também. Eu queria dar um abraço naquele pessoal, naquela comunidade da Vila Farrapos, que nos recebeu tão bem e agradecer mais uma vez ao nosso Prefeito Fortunati. Muito obrigado e boa sorte para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias lotadas. Presidente, eu venho à tribuna hoje não só pela questão da água. A água, na nossa vida, é importante para todos. Eu acho que todos nós, seres humanos, temos direito à água - que é um bem da humanidade -, assim como à Saúde, à Educação, à Segurança. Todos nós temos esses direitos.

Na fala da Ver.^a Sofia Cavedon, minha querida amiga, ela cita o Projeto do Ver. Oliboni - que é um Projeto maravilhoso, independentemente, para mim, de bandeira ou não; se o Projeto é bom, não importa de qual Vereador seja, é claro que terá o meu voto, porque meu voto foi dado pelo povo. E é por esse povo que eu luto. É o Projeto do *kit* escolar, que é educação.

A Ver.^a Sofia, como a grande educadora que conhecemos nesta Cidade, sabe que os 36 Vereadores foram sensíveis a esse Projeto. Naquele momento, eu me encontrava no PDT; hoje, com muito orgulho, estou no PSD, que é o Partido de um grande amigo, que é o Danrlei, junto com o Tessaro e com o Ver. Bernardino. E esse Projeto foi sancionado pelo Prefeito do PMDB, José Fogaça.

Por que a importância de esse Projeto ser aprovado e sancionado?

Até agradeço a todos os Vereadores pela sensibilidade com relação a esse Projeto, que trata da educação das nossas crianças.

Muitas famílias da classe média e alta têm direito à educação, mas, às vezes, os pais das crianças carentes não têm condições, em uma família com três, quatro crianças, de dar esse *kit* escolar. Hoje, o *kit* escolar está aí, aprovado. É um sonho realizado, uma Lei deste Vereador, que também um dia foi uma criança que precisou desse lápis e desse caderno para estar aqui hoje com vocês, para se formar cidadão deste País.

Então, é importante, minha querida Sofia, não importa qual o Prefeito, não importa qual a bandeira: importa, sim, que esse Projeto é para toda a Porto Alegre, para toda a sociedade, para a Rede Municipal de Ensino.

A água é muito importante na nossa vida; a luz, a saúde, a segurança! E nós, Vereadores, temos o dever de - para isso fomos eleitos -, junto com as comunidades, junto com o povo de Porto Alegre, fiscalizar e cobrar dos órgãos competentes que essas pessoas tenham, no mínimo, a dignidade de viver bem e tranquilas. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (14h36min) Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, Presidente desta Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, comunidades, lideranças que aqui comparecem em função do tema da água, um tema tão delicado, importante e estratégico para a vida, para a dignidade das pessoas. Sejam muito bem-vindos!

Este momento é de discussão dos Projetos que estão entrando na Casa. Vou chamar a atenção, mais uma vez, para a prorrogação dos contratos temporários de caráter emergencial, esclarecendo que são contratos para o SAMU e para o GHC.

Nós vivemos uma crise importante de perdas de muitos trabalhadores desse hospital, mas isso já ocorre, Ver. Mauro Pinheiro, há um ano. Aliás, há anos esse processo foi anunciado, mas, no ano passado, ele, de fato, chegou ao limite. O que nos espanta é a lentidão do Governo em tomar providências no sentido de fazer concurso. Nos 55 “Câmara na Comunidade” de que participamos no ano passado, vimos o drama da Saúde nesta Cidade. A COSMAM também esteve em muitos postos de saúde. Em todos os “Câmara na Comunidade”, a comunidade fazia questão de nos levar ao posto de saúde. No posto de saúde, nós encontrávamos o que vocês já estão cansados de conhecer: o cartaz dizendo que o médico estava em férias, que voltava depois de um mês; as pessoas na fila, esperando para o dia seguinte; as pessoas indignadas porque esperam mais de seis meses, um ano, por um exame especializado; esperam dois anos por uma cirurgia, Ver. João Antonio Dib, cirurgias básicas para as pessoas sobreviverem. E nós temos que prorrogar contratos temporários porque sequer a reposição de pessoal por concurso, em tempo hábil, a Prefeitura consegue realizar.

Vivemos uma situação, lá na Zona Norte, Ver. Mauro, de ameaças aos funcionários do posto de saúde que funciona precariamente na associação de moradores. Também temos que acrescentar, portanto, o drama do funcionalismo público municipal por ter que trabalhar em espaços enjambrados, espaços frágeis, sem estacionamento. Os médicos não querem ficar; as enfermeiras, as atendentes são ameaçadas; a comunidade não é atendida adequadamente; volta várias vezes e não consegue fazer o exame e, quando faz, não consegue fazer com que o médico veja o exame para poder

encaminhar o tratamento, porque não tem consulta, porque não tem médico, porque tem que virar a noite para pegar ficha. Então, tudo isso somado leva o caos às Emergências. A solução da população na Saúde hoje é entrar numa fila de Emergência, esperar 10 horas, 19 horas, 20 horas, porque, aí, eles sabem que vão ser colocados numa maca e, nem que seja na maca, por dois ou três dias, vão ter atendimento no hospital.

O sistema está estrangulado. Nós vamos prorrogar esses contratos temporários, mas nós precisamos, assim como vem hoje o Diretor do DMAE, que o Secretário da Saúde venha nos explicar por que o IMESF não anda, por que os concursos são tão lentos, por que ainda não tem trabalhador da Saúde no posto de saúde, por que não acontece a expansão dos PSFs, tão brigada e já conquistada no Orçamento Participativo, há anos, em muitas regiões, porque isso nos parece um problema seriíssimo de gestão.

Nós aqui estamos tapando buraco, Ver. Dib, a Câmara faz a sua parte: vai legalizar contrato temporário emergencial mais uma vez, como fez quatro, cinco anos, com os Agentes Comunitários de Saúde. Mas a gestão da Saúde na Cidade tem que mudar, senão não tem saída para a saúde da população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, comunidades que estão aqui, com certeza, para acompanhar o Diretor do DMAE, aguardando, ansiosas. Nós estamos aqui para falar a respeito dos Projetos que estão na Pauta. Quero falar a respeito do Projeto do nosso Vereador, agora Deputado, Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, um Projeto importante que está aqui e estabelece a realização do exame de oximetria, mais conhecido como teste do coraçãozinho, para averiguar as condições do coração nos recém-nascidos através do pulso.

Segundo a Associação Brasileira de Pediatria, há um grande número de óbitos entre as crianças recém-nascidas devido a problemas cardíacos. Se esses

problemas forem detectados no início, através desse teste, pode diminuir o número de óbitos.

É um Projeto importante do Ver. Oliboni, que agora é Deputado Estadual, e é importante que os Vereadores tomem conhecimento, porque é a respeito de saúde, e nós enfrentamos muitos problemas na Saúde pública. É um Projeto importante que está em Pauta hoje e que passará pelas Comissões desta Casa; é importante que os nobres Pares tomem conhecimento para que possamos aprová-lo o mais rápido possível, Ver. João Antonio Dib.

Também quero falar sobre um outro assunto, continuando na Saúde pública. Sabemos dos muitos problemas que as nossas comunidades enfrentam na Saúde pública, como falta de médicos, dificuldade de acesso e, muitas vezes, falta de segurança nos postos de saúde. Alguns médicos, inclusive, estão tendo dificuldades e não querem trabalhar em determinados postos, Ver. João Antonio Dib, e aí a gente vê como o problema é sério.

O Executivo Municipal mandou dois Projetos, que estão em 2ª Sessão de Pauta, em que pede autorização para prorrogar a vigência da admissão temporária. Por que isso? Porque os médicos e os técnicos de enfermagem foram contratados, de forma temporária, sem realizar concurso. Agora, está terminando o tempo, e a Prefeitura ainda não resolveu o problema desses médicos e desses enfermeiros.

Nós sabemos de todos os problemas que a Saúde pública enfrenta, e a Prefeitura ainda não toma o cuidado necessário, fazendo o concurso público para essas funções somente no final do ano, quando já estava terminando o período de vigência do contrato desses médicos e técnicos de enfermagem que estavam sendo contratados. É uma lástima a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Secretaria da Saúde não terem o cuidado necessário com a Saúde. A comunidade que vive lá dentro sabe quais são os problemas dos postos de saúde; muitas vezes, não é culpa dos médicos, mas, sim, da falta de estrutura. Nós temos postos de saúde lotados, com filas, tendo as pessoas que dormir em frente aos postos para conseguir uma ficha para consultas médicas. Então, é lamentável que a Prefeitura Municipal e a Secretaria da Saúde não tenham o cuidado necessário, deixando findar o tempo, para, depois, pedir aqui a prorrogação por interesse público, para que esses médicos continuem. Na

verdade, esses médicos, hoje, estão à deriva, porque o período já terminou em dezembro, e nós vamos ter que votar agora um Projeto para manter a admissão a partir de janeiro. Já é difícil para esses médicos, já é difícil a vida nos postos de saúde e, ainda, a Prefeitura não tem o cuidado necessário com a contratação desses médicos.

Então, é lamentável, Ver. Dib. Fica o nosso protesto para que a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Saúde tenham mais cuidado com os nossos postos de saúde, porque a sociedade, a comunidade não pode sofrer pela má atitude de alguns que não têm o cuidado necessário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público aqui presente, estou vendo, aqui, representações da Vitória da Conquista, da Vila Amazônia, da Lomba do Pinheiro, enfim, esta Casa, hoje, está com diversas representações que nos visitam - são os representantes comunitários que aqui buscam a solução dos problemas em suas regiões. Sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar sobre dois Projetos que estão em Pauta.

Quanto ao Projeto do Ver. Dr. Thiago Duarte, eu o entendo, justamente pelo nosso problema de trânsito, de mobilidade urbana na parte central da Cidade, onde os servidores da Justiça, em especial os Oficiais de Justiça, necessitam cumprir mandados urgentes, como citações, e não têm como cumprir esses mandados pelo problema de estacionamento. Este Projeto justamente permitirá que o Oficial de Justiça possa estacionar o seu veículo, mesmo que seja na área azul, porque ali deverá estar em serviço e colocará um documento, Ver. Dr. Thiago Duarte, justamente para identificar que o Oficial de Justiça está em uma diligência e está cumprindo o seu serviço; assim, ele terá o direito do benefício da Lei que V. Exa. está colocando, o de estacionar no Centro da Cidade.

Eu quero cumprimentá-lo, porque essa é uma reivindicação muito antiga da Associação dos Oficiais de Justiça de Porto Alegre, que reivindicam isso por não conseguirem cumprir os mandados; eles não cumprem um só diretamente: eles saem com 10, 20 ou 30 mandados, têm que fazer uma sequência e não podem fazer isso a pé, porque não há condições de fazer isso na nossa Cidade. Então, parabéns pelo seu Projeto, porque beneficiará, com certeza, o trabalho desses servidores da Justiça que estão representando a sociedade.

Eu quero falar também de dois Projetos do Executivo: do PLE nº 067/11, que autoriza o Executivo Municipal a prorrogar a vigência da admissão temporária de excepcional interesse público de Técnicos em Enfermagem e dá outras providências; e do PLE nº 068/11, que autoriza o Executivo Municipal a prorrogar a vigência da admissão temporária de excepcional interesse público de Técnicos em Enfermagem e Médicos, e dá outras providências.

É claro que nós votaremos a favor, Ver. Mauro Pinheiro, só que temos que alertar o Executivo no sentido de que não podemos, todos os anos, prorrogar esses contratos. Quem sabe lá, amanhã mesmo, o Município já encaminha essa solução, e, assim, facilitará para que nós e o Executivo possamos trabalhar com outros Projetos importantes para a Cidade, principalmente neste ano, porque sabemos que temos mais três meses de votação de Projetos no primeiro semestre; o segundo semestre fica prejudicado pelas eleições, e só no final do ano, posteriormente, é que nós vamos, nesta Casa, afunilar a apreciação de diversos Projetos.

Eu acho que o concurso público deve, sim, ser priorizado e não postergado como vem sendo. Nós já estamos discutindo há mais de um ano esse problema e estamos novamente aqui, no mês de março, no momento exato, pois se nós não votarmos estes Projetos, em caráter de urgência, com toda a certeza, nós teremos que, na próxima semana, ou daqui a 10 dias, promover as Reuniões Conjuntas das Comissões para dar condições de votação, porque esses servidores correm o risco de não poderem receber o correspondente ao seu trabalho. Eu deixo um alerta...

A Sra. Ver.^a Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Serei muito breve. Não sei nem como eles estão recebendo. Eu fui ver

os dois Processos, e em janeiro e fevereiro eles já não estão com respaldo legal para estarem trabalhando. Olhem a gravidade do atraso do Governo com esse processo!

O SR. NELCIR TESSARO: É. Com toda certeza, nós vamos ter que ver a legalidade e provermos um amparo para eles terem a legalidade no recebimento dos seus salários de janeiro e fevereiro. E, urgentemente, sim, a SMA deve promover concurso público, que é a forma legal, regimental para admitir os servidores deste Município. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente da Casa, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento as pessoas que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje.

O Ver. Thiago Duarte traz um Projeto que tenta definir condições para que os Oficiais de Justiça estacionem os seus automóveis nas áreas públicas de estacionamento. Isso me remete, Ver. Thiago Duarte, ao nosso saudoso colega Ervino Besson, que apresentou um Projeto, que, se não me falha a memória, hoje é Lei. Eu não tenho essa informação, mas, durante dois anos, o Ver. Ervino militou para que nós pudéssemos aprovar o Projeto que tratava das condições de trabalho dos Oficiais de Justiça a respeito da possibilidade de estacionarem. Evidentemente, Vereador, eu votarei favoravelmente ao seu Projeto. Apenas quero fazer uma ressalva - eu não sei se é possível, e V. Exa. vai entender perfeitamente -: nós precisamos estabelecer um tempo, sob pena de, de repente, o próprio Executivo não sancionar, por recomendações da EPTC, para que não haja a possibilidade de alguém, com um cartão de identificação, estacionar o automóvel e permanecer ali por muitas horas, desnecessariamente. Poderá acontecer. Evidentemente, o Poder Público vai tentar contornar essa situação. Nós todos temos dificuldades hoje no trânsito. Muitas vezes, nós, Vereadores, temos reuniões e levamos um assessor junto

para que ele estacione o nosso automóvel. Agora, imaginem esses profissionais que trabalham levando as citações, as notificações, as intimações do Poder Judiciário e de outras entidades.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só quero complementar a sua fala, dizendo que, na verdade, este Projeto de Lei aperfeiçoa a Lei nº 10.836, de 11 de fevereiro de 2010, de autoria do nosso saudoso Ver. Ervino Besson - seu filho Sandro encontra-se ali -, alterando o inciso IV do *caput*. Nós recebemos aqui o Sindicato dos Oficiais de Justiça. Por que essa alteração? Porque, hoje, o Oficial de Justiça, para cumprir um mandado, ele identifica o carro e ainda tem que ligar o pisca-alerta do veículo; como esse equipamento é ligado e desligado continuamente durante o dia, acabam acontecendo problemas com a bateria do veículo e com o próprio pisca-alerta.

Na verdade, essa é a única alteração: a forma de identificação do Oficial de Justiça. O Projeto já previa uma identificação com um selo e mais o pisca-alerta ligado, e nós só estamos substituindo a questão do pisca-alerta por um crachá que identifique melhor esse servidor.

Agradeço muito pela sua consideração e, principalmente, pela sua lembrança do Ver. Ervino Besson.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado. Eu, desta forma, deixo a sugestão de que esses profissionais tenham um bloco autorizado pela EPTC, onde coloquem o horário em que estacionaram para que possamos ver este Projeto sancionado. Não vejo problema de nós o aprovarmos aqui na Casa; mas, se não nos preocuparmos em aprovarmos com uma certa segurança, vamos acabar vendo o Projeto vetado, porque, com certeza, sem essa garantia, a EPTC vai recomendar que o Prefeito vete. Essa é a nossa contribuição para o Projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; apareceu na Prefeitura um Prefeito honesto que resolveu cumprir a legislação e cumprir o juramento em razão da Lei Orgânica. Nada fora da lei. Há uma Lei Municipal que fala em 120 dias para que se contrate temporariamente, podendo ser renovada, em emergência, por mais 120 dias. No caso dos médicos e atendentes, em razão de dificuldades na proclamação do resultado do concurso, ele está pedindo, por lei, mais 90 dias. No passado, faziam-se seis contratos, não de 120 dias como determina a Lei Municipal, mas de 180 dias; e até se fazia antecipando, antes de terminar o contrato: se o contrato terminava no dia 31 de maio, era renovado já no dia 5 de maio, centenas de contratos - e o Prefeito foi condenado a oito meses e dez dias de cadeia. Mas o Prefeito Fortunati resolve cumprir a Lei.

Agora, não se fale em dificuldades na Saúde de Porto Alegre sem lembrar que o Governo Lula e o Governo Dilma tiraram, no mínimo, meio bilhão de reais - não é milhão -, R\$ 500 milhões da Saúde em Porto Alegre. Então, quem tirou meio bilhão de reais não pode reclamar das dificuldades que a Saúde enfrenta em Porto Alegre, até porque o Município já fazia antes, mas, no ano passado aplicou mais de 21% dos seus recursos na Saúde. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Encerramos o período de Pauta.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Flávio Presser, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, que abordará assunto relativo ao fornecimento de água tratada na cidade de Porto Alegre.

O Sr. Flávio Presser está com a palavra.

O SR. FLÁVIO PRESSER: Caro Presidente, caros Vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, boa-tarde a todos. Eu gostaria de dizer aqui da minha satisfação em ter sido convidado para poder prestar alguns esclarecimentos acerca do sistema de abastecimento de água de Belém Novo

e também trazer ao conhecimento, tanto dos moradores locais como da população porto-alegrense, das ações que o DMAE está realizando e que pretende realizar nesse sistema de abastecimento.

Eu vou fazer a apresentação em PowerPoint.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. FLÁVIO PRESSER: Primeiro, eu quero dizer dos bairros atendidos pelo sistema Belém Novo. São 150 mil habitantes que residem nessa área: Espírito Santo, Aberta dos Morros, Restinga, Hípica, Belém Novo, Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Lomba do Pinheiro, Lajeado e Lami. Este, na realidade, é o diagrama do sistema de Belém Novo, e vale a pena nós nos determos um pouco aqui para dizermos como as coisas lá funcionam.

Em vermelho, está a estação de tratamento de água de Belém Novo. Esse sistema tem três grandes diretrizes de distribuição de água. A primeira é esse ramo à direita, que é a Av. Juca Batista, com todos os seus condomínios, as suas ruas e os seus becos. A segunda grande diretriz é o reservatório Boa Vista, que leva a água para Belém Novo, e de Belém Novo para o Lami - inclusive, foi uma adutora que o DMAE construiu recentemente, aquela área não era anteriormente abastecida.

Ao lado do sistema Boa Vista, nós temos a reservação da Restinga. Na realidade, esse sistema acompanha toda a Av. Edgar Pires de Castro, desde a rótula com a Av. Juca Batista em direção à Restinga, derivando-se parte dessa água por esses dutos, por essas tubulações, continuando a sua distribuição para a Av. Edgar Pires de Castro, e parte dela vai para a parte alta, que é a da Pitinga. Em quarto estágio, está a Lomba do Pinheiro. Portanto, entre a estação de tratamento de água de Belém e a Lomba do Pinheiro, temos quatro degraus, vamos chamar assim, de uma escada de elevação de água. Primeiro, vai da estação para a Restinga; depois, da Restinga para a Pitinga; e de Pitinga para a Lomba do Pinheiro. Esses, vamos dizer assim, são os nossos grandes sistemas de adução.

A parte, obviamente, da Lomba é a mais elevada. Ela tem uma distância a ser vencida em bombeamentos de 150 metros. E, quando falta energia, é esta área

do sistema de Belém Novo que fica mais fragilizada, ou seja, que apresenta algumas dificuldades na reservação.

Para se entender um pouco mais o sistema de Belém Novo, vejam só: nós começamos com a Estação de Bombeamento de Água Bruta de Belém Novo; hoje, esse bombeamento de água bruta é de 700 l/s, e nós vamos ampliar isso. Está previsto, no nosso planejamento para 2012, através da colocação de um quarto Grupo Motor Bomba, ampliar esse bombeamento de água bruta, a partir da captação do lago Guaíba, para 1.000 l/s. Por quê? Porque 1.000 l/s, hoje, é a capacidade da Estação de Tratamento de Belém Novo para tratar água. Nós tratamos hoje, em média, 465 l/s; agora, no verão, chegamos a produzir 610 l/s. Essa Estação já foi preparada para produzir 1.000 l/s; então, nós temos que captar mais água.

Sobre a Estação de Bombeamento de Água Tratada da Restinga, que é o primeiro nível de bombeamento, também nós estamos, obviamente, tendo que elevar a sua capacidade de bombeamento: nós vamos passar de 470 l/s para 600 l/s. Para isso, vamos substituir os motores dos nossos bombeamentos de tal maneira que se ganhe eficiência e capacidade nas nossas bombas. E, para permitir que não mais 470 l/s, mas 600 l/s se dirijam para Restinga, nós temos que construir uma adutora chamada Adutora Juca Batista. Essa Adutora Juca Batista vai fazer a separação da água tratada do sistema Restinga, ou seja, através dela, vai haver uma tubulação de 600mm, que vai jogar água somente para a Juca Batista, desvinculando desse sistema da Restinga. Então, 600 l/s vão para a Restinga; como a Estação produz 1.000 l/s, 400 l/s irão para a Juca Batista.

A reservação da Restinga é de 5.000 metros cúbicos, não é necessário fazer ali qualquer alteração; nós estamos estudando para ver da necessidade futura de aumentar, ampliar essa reservação, mas, por enquanto, ela não se mostra necessária dentro do nosso planejamento.

Depois, para levar da Restinga para a Pitinga, nós temos a Estação de Bombeamento de Água Tratada Restinga 2. Esta, obviamente, como nós estamos aduzindo um maior volume de água, também vai ter de ser ampliada: vai passar dos atuais 150 l/s para 240 l/s. Bombeada, então, da Restinga 2, isso vai para a reservação da Pitinga, onde nós temos 5.000 metros cúbicos,

ou seja, um reservatório do mesmo tamanho, da mesma capacidade que o reservatório da Restinga.

Por último, tem uma Estação de Bombeamento que pega essa água do reservatório da Pitinga e joga no reservatório Panorama, que serve para abastecer a parte alta da Lomba do Pinheiro. Esse bombeamento é de 132 l/s; também não há necessidade de alteração, assim como não há previsão de ampliar a reserva dos 500 metros cúbicos do Panorama, porque isso é verificado como já atendendo a demanda atual.

O que aconteceu na quinta-feira, antes do carnaval? Três coisas se associaram e fizeram com que desestabilizasse esse grande sistema de abastecimento da Cidade. Quais foram? O calor intenso que fez naquela época, aliás, durante todo o período de carnaval; inclusive, as temperaturas alcançaram um recorde dos últimos 50 anos. Em segundo lugar, naquela zona, existem muitas ligações irregulares: não são as fugas nem são as fraudes, ou seja, os famosos gatos; é que tem muita moradia irregular que se assentou, tanto na região da Lomba do Pinheiro como na Restinga. E essas áreas são abastecidas irregularmente através de mangueiras, o que traz muita perda de água e um elevado consumo para esses moradores.

Nós macromedimos esses consumos de grande parte dessas áreas irregulares. Se o consumo médio da cidade de Porto Alegre, por mês, é cerca de 15 metros cúbicos, nessas áreas chega a ser, às vezes, de 30 metros cúbicos, isto é, praticamente o dobro.

Então, nós tínhamos muito calor, alto consumo decorrente desse calor e falta de energia, no dia 16, na quinta-feira. Essa falta de energia, vejam só, não é um problema daquela quinta-feira, é que ela se associou a esses outros fatores: o calor intenso e o consumo elevado, porque nós temos grandes faltas de energia, no nosso sistema, ao longo de todo o ano.

(Refere-se à apresentação em PowerPoint.) Aqui mostra, simplesmente, um gráfico dessas faltas de energia em horas acumuladas nos nossos sistemas de abastecimento de Porto Alegre. Vejam que chega a 160 horas/mês a falta de energia acumulada nos nossos sistemas. Então, nós estamos realmente com um problema crítico no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica.

Está aqui o histórico dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, das faltas de energia elétrica do sistema Belém Novo, só nessa área que estamos apreciando e mostrando aos senhores, ou seja, uma quantidade muito significativa de falta de energia naquela região.

Obviamente, o consumo está associado com o crescimento populacional. Estes são os dados dos censos: em 2000, nós tínhamos, na zona da Lomba do Pinheiro, pelo IBGE, 30 mil habitantes, arredondando o valor; agora, em 2010, se analisarmos o resultado do censo, nós temos lá 51.400 habitantes, ou seja, um crescimento, nesses dez anos, de 70% de moradores daquela região. Eu quero dizer que isso já representa uma alta densificação. Eu nem estou falando aqui da Restinga, que agora está sendo ocupada por novos condomínios, novos loteamentos e também pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ora, isso tem reflexo nas nossas vazões: a vazão prevista no nosso Plano Diretor de 2009 e 2010 é que nós teríamos, neste ano, um consumo de 3.266 metros cúbicos/dia. Era isso que nós estávamos presumindo, era isso que estava em nosso planejamento. Temos ramais cadastrados hoje em que o nosso consumo chega a ser muito próximo de 5.000. Então, aumentou muito o consumo, e, com isso, obviamente, a necessidade de nova vazão.

Isso também cresceu de uma maneira muito rápida, porque está aqui uma coisa muito boa para a sociedade brasileira, que é o efeito renda. Vejam só o nível de desemprego da cidade de Porto Alegre: hoje, nós estamos com 6,5 de desemprego na cidade de Porto Alegre, o menor indicador das regiões metropolitanas do Brasil inteiro. Isso quer dizer que as pessoas, obviamente, passaram também a auferir mais renda. Vejam só o gráfico da renda: nós temos um crescimento, de 2009 a 2010, de 6,8% na renda dos trabalhadores em Porto Alegre, dado também fornecido pelo PED, feito pelo DIEESE, pela Fundação de Economia e Estatística, conveniada com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ora, o crescimento de renda de 6,8% num ano, é, na realidade, quase que equivalente ao crescimento de uma década, porque, vejam só, já de 2009 para 2010, o crescimento da renda foi de 0,4%. Então, isso se deu de uma forma muito acelerada. E se nós verificarmos os planejamentos, inclusive os sindicatos da indústria da construção civil dizem que o que estava sendo previsto nos anos de 2009 e 2010 hoje não são mais

dados confiáveis. A velocidade de apresentação de novas moradias na cidade de Porto Alegre foi muito além da previsão. Eu quero dizer que isso se trata de um bom problema, porque a população de Porto Alegre, agora, passa a ter chance de morar dignamente, ou seja, está havendo um fenômeno de migração de áreas na Cidade. Não é que a população da Cidade cresça; o que eu quero dizer é que a Cidade migra de áreas irregulares para áreas regulares, pessoas que na realidade não têm habitação formal migram para áreas de habitação formal. Só que essas pessoas estão migrando de regiões que estão plenamente abastecidas para regiões onde, na realidade, essa população anteriormente não existia. Então, obviamente nós temos que prestar atenção nisso, e é obrigação do Departamento prover serviços de água e esgotamento sanitário para essas novas unidades habitacionais que estão sendo agora executadas na Capital dos gaúchos.

Com relação às ligações irregulares, pelo levantamento feito pelo DEMHAB, em 2005, nós temos 75.000 domicílios irregulares ou em áreas irregulares na cidade de Porto Alegre. E, como falei, o consumo médio em períodos de verão e de muito calor chega a ser de 30 metros cúbicos por mês, sendo que isso ultrapassa os consumos médios previstos nos planejamentos do Departamento.

Para as questões de regularização, o que nós temos é o Programa Água Certa e o Programa Consumo Responsável. O Programa Água Certa busca reduzir as perdas dessas áreas irregulares, ou seja, nós vamos lá corrigir as ligações, mesmo que elas sejam precárias. Isso obteve como resultado uma redução de 3,2 bilhões de metros cúbicos consumidos nessas áreas, ou seja, está contribuindo para que a gente possa aumentar o número de domicílios, o número de moradias assentadas nessa região, por meio da regularização das ligações nessas áreas irregulares.

No bairro Lomba do Pinheiro, nós atendemos cerca de 2.500 domicílios, sendo que a Lomba tem, mais ou menos, dez mil domicílios hoje, ou seja, 25% dos domicílios da Lomba já foram atingidos pelo Programa Água Certa. Nós concentramos lá, e na área Sul da Cidade - Restinga, Lageado, Chácara do Banco, enfim - porque são áreas onde se concentram muitos desses condomínios e desses loteamentos irregulares.

Na questão do Consumo Responsável, o que vamos fazer é implantar redes alternativas para essas pessoas, ou seja, retirar as mangueiras e colocar redes projetadas pelo próprio Departamento.

Está previsto realizarmos, na cidade de Porto Alegre, através do Consumo Responsável, a correção das ligações de 5.000 moradias, exatamente para que nós possamos fazer uma redução de consumo, reduzir perdas para ampliar a capacidade de abastecimento de áreas que estão com o sistema crítico.

Agora, isso só é possível, porque ao longo de 2005 até 2011 nós fizemos grandes investimentos na área de adução na cidade de Porto Alegre. O que são adutoras? Adutoras são aquelas redes troncais que depois se ramificam para as ruas, ou seja, são as grandes tubulações.

Eu não vou aqui repetir, porque eu não tenho tempo, mas estão aqui os sistemas. Por exemplo, no Sistema Ouro Preto, foram gastos R\$ 15 milhões. Quando assumimos a Direção do DMAE, em 2005, não existia uma intermitência de abastecimento na Zona Leste da Cidade: existia um rodízio de abastecimento, só que um rodízio camuflado. Por quê? Porque ora abastecia o Morro Santana, ora abastecia a Mário Quintana. Não podia o sistema abastecer as duas regiões conjuntamente. Nós tivemos que fazer todo esse sistema, desde a Estação de Tratamento São João até os novos sistemas de reservação, como por exemplo, esses aqui, no Morro Santana, para que pudéssemos abastecer e romper com esse rodízio nessa região.

Também se podem se perceber as principais obras que o DMAE realizou entre os anos de 2005 e 2011, ou seja, da Administração Fogaça e Fortunati, na Região Sul da Cidade. Só naquilo que diz respeito à Estação de Bombeamento de Belém Novo, naquela área, foram R\$ 25.724.000. Estão aqui as obras.

Dizer que o DMAE não investiu naquela Região é uma grossa... Aqui, 27.524. Eu quero dizer que estou transferindo esses dados ao Presidente da Câmara para que ele possa dar publicidade a esses valores, que estão registrados nos nossos orçamentos.

Estas são as obras previstas para 2012, que nós estamos buscando realizar até dezembro. Eu, na verdade, já fiz referência à grande parte delas. A estação de bombeamento de água bruta é que vai passar de 700 l/s para 1.000 l/s. A

questão da adutora de água bruta, inclusive, este já está licitado, é uma obra de R\$ 2 milhões, que vai também possibilitar com que chegue mais água nos nossos sistemas de bombeamento.

A ETE Belém Novo vai ser ampliada, aliás, já está ampliada para produzir 1000 l/s. Na estação de bombeamento de água tratada da Restinga, nós estamos dependendo que apenas que a CEEE nos autorize para que nós possamos elevar a capacidade de bombeamento de 470 l/s para 600 l/s; falta só a autorização da Companhia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Secretário Flávio, solicito que V. Exa. conclua.

O SR. FLÁVIO PRESSER: Obviamente, várias coisas foram colocadas aqui, eu gostaria de restabelecer as verdades.

A adutora Juca Batista era uma obra prevista para ser realizada no ano passado, só não foi porque houve um questionamento do Edital, e isso levou a que, só em dezembro fosse liberado o Edital. Mas é uma obra de R\$ 12 milhões, cujo Edital já está lançado, estamos em processo de licitação.

Enfim, o reservatório da Cristiano Kraemer para aumentar a reservação daquela área: quando foi feito o sistema da Av. Juca Batista, estava previsto fazer esse reservatório, só que não teve dinheiro para fazer o reservatório, e foi feito o sistema. Por isso, o pessoal da Cristiano Kraemer, hoje, sofre com o desabastecimento porque não tem reservação. Quero dizer que esse sistema de reservação foi solicitado, está em projeto e nós vamos buscar executar neste ano.

Enfim, aí tem a EBAT Santa Rita II, a adutora de recalque desta estação de bombeamento, que está sendo feita pelo Loteamento Alphaville, e que vai possibilitar também que o pessoal da área da Cristiano Kraemer possa ser atendido por essa reservação. Isso é contrapartida ao Loteamento do Alphaville.

Gostaria, por fim, de destacar algumas questões que aqui foram ditas. Foi dito aqui que o DMAE tinha R\$ 13 milhões para investir em obras e realizou R\$ 1 milhão. Eu quero dizer que, obviamente, isso deve ter sido uma má leitura por

parte dos assessores dos Parlamentares que disseram isso. Está aqui o Orçamento de 2011. A previsão inicial - eu vou falar só em água - era de R\$ 30 milhões; a dotação ficou em R\$ 26 milhões; e o recurso que foi empenhado, ao longo do ano, foi de R\$ 21 milhões. Totais - Previsão de Orçamento: R\$ 140 milhões; foi dotado para R\$ 224 milhões e se realizaram R\$ 184 milhões de reais de investimento no ano passado no DMAE! Recorde histórico!

Eu quero dizer o seguinte: o investimento de 2011 foi igual ao montante, em valores trazidos a dezembro de 2011, aos quatro anos anteriores da Administração do PT: 2001, 2002, 2003 e 2004. Foram cerca de R\$ 190 milhões. Nós gastamos isso em um ano!

Agora, compararam os investimentos do DMAE, dizendo que nós investimos menos do que a Publicidade. Estão ali os dados da Publicidade. Era R\$ 1,2 milhão, foi suplementado para R\$ 1,7, e acabamos investindo R\$ 1,5 milhão. Isso, contra 184, é distorcer a realidade, meus senhores, é distorcer fragorosamente a realidade.

O que aconteceu também? Dizem que nós tínhamos R\$ 7 milhões para investir em água e que, na realidade, investimos só R\$ 3,8 milhões. É outra afirmação feita aqui. Quero dizer que estão aqui os dados orçamentários. Abri os projetos referentes à água, e eu quero dizer que é verdade. Esse dado realmente é verdade! Só que ele é faccioso, porque esqueceram da última rubrica, que é a manutenção de redes de abastecimento, onde a previsão inicial era de R\$ 11 milhões, nós orçamos R\$ 15 milhões, através de suplementações. Por que isso? Porque nós não conseguimos fazer a adutora da Juca Batista e investimos R\$ 15 milhões. Então, na realidade, não foram investidos R\$ 3,6 milhões: foram investidos R\$ 21 milhões. Eliminando uma linha, fica fácil reduzir.

Foi dito também que nós tínhamos R\$ 462 milhões, e eu quero dizer aqui que o número está absolutamente correto para investir e que investimos muito menos do que isso. Eu quero dizer que R\$ 462 milhões não eram os recursos para investimento do DMAE, minha gente! O assessor que fez isso não entende de Orçamento; R\$ 462 milhões é o Orçamento geral do DMAE, é para todas as contas. Então, um “pequeno” erro. Quero dizer que nós investimos R\$ 184

milhões no total, ou seja, investimos mais do que o inicialmente previsto: teríamos 33% e acabamos investindo 40%.

Disseram também aqui que, nos dez anos da Administração Popular, a média foi R\$ 64 milhões e que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Secretário, para concluir, pois V. Exa. terá trinta minutos depois para responder.

O SR. FLÁVIO PRESSER: O.k, mas eu não terei como fazer a apresentação completa.

Aqui está a média, só no regredir de 2001, porque houve uma mudança de moeda que distorce valores. De 2001 a 2004, os investimentos em recursos próprios eram de R\$ 42,2 milhões. Eu nem estou colocando financiamentos. De 2005 a 2011, a média foi de R\$ 52 milhões. Se eu trago a média entre recursos próprios e recursos de terceiros, a média de 2001 a 2004 foi de R\$ 45 milhões. Contra o quê? Praticamente R\$ 96 milhões, no período de 2005 a 2011.

Então, quero dizer que também aqui, possivelmente, os Vereadores que falaram isso foram muito mal assessorados, eu acredito.

Por fim, Comassetto, você é engenheiro, inclusive leva engenheiro no nome de guerra de Vereador, “Engenheiro Comassetto”; então eu quero dizer que isso é um erro que não pode ser admitido. Você disse, “retwittou” e corrigiu que a pressão que o DMAE devia distribuir a água é de 70 centímetros quadrados por quilo. Quero dizer que isso explodiria todas as tubulações do Departamento. Na realidade, a pressão que nós temos que distribuir é de um quilo por centímetro quadrado.

Então, quero dizer que hoje parece que alguns, pela facilidade do Twitter, blogam no Twitter, e, depois, acham que as pessoas se esquecem. Hoje não mais é assim! As pessoas não se esquecem! Por quê? Porque os computadores têm memória. Está aqui e isso vai ficar gravado. Não pode haver uma crítica dessa forma! Isso não é justo fazer! Isso é errado!

Por fim, o caixa. Eu fui criticado...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Secretário, eu vou ter que encerrar o seu tempo para que...

O SR. FLÁVIO PRESSER: Tudo bem. Dizem que é um erro ter R\$ 300 milhões, e, pior, R\$ 300 milhões aplicados em banco. Erro seria ter R\$ 300 milhões e não aplicar no banco, porque desvalorizaria o dinheiro - primeiro erro; segundo, graças a Deus, tem R\$ 300 milhões; confirmo aqui: tem R\$ 300 milhões. Por que são necessários R\$ 300 milhões? Pelas coisas que aqui apresentei: hoje, as mudanças na Cidade são rápidas, e é preciso que o prestador de serviço esteja capitalizado para poder fazer as obras, porque não se pode mais esperar dez anos para realizá-las; nós temos um, dois anos para fazê-las, e isso só é permitido tendo dinheiro em caixa. Foi com esse objetivo que nós produzimos isso. E muito melhor é deixar R\$ 300 milhões em caixa do que deixarmos R\$ 4 milhões em dívidas, que foi exatamente o que recebemos. Tinha, em dinheiro, disponível, R\$ 9 milhões, só que o passivo financeiro de curto prazo era de R\$ 14 milhões; então, faltavam R\$ 5 milhões. Como, no passado, a Prefeitura estava com desequilíbrio econômico, o que aconteceu? Ela se financiava através dos recursos da tarifa de água, coisa que as Administrações do Fogaça e do Fortunati nunca fizeram! O DMAE faz a poupança dele para poder investir, e essa poupança fica na caixa do Departamento. Esta é a grande diferença: agora o DMAE não mais cobre os déficits da Prefeitura, e, graças a Deus, nem a Prefeitura tem déficits.

Agradeço a compreensão do Presidente; eu precisava fazer estas manifestações para recompor aqui aquilo que acho que é o verdadeiro. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Secretário Presser.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Diretor do DMAE, engenheiro Flávio Presser;

funcionários do DMAE, lideranças comunitárias, realmente o DMAE está vivendo uma situação extraordinária, porque ter R\$ 300 milhões em caixa... Não é qualquer empresa que tem isso. Agora, isso não seria anormal se não faltasse tanto serviço. Esse é o problema que tem que ser tratado, porque enfrentar a falta d'água como se enfrentou nesses últimos dias, quando houve casos em que famílias ficaram seis dias sem água, é inaceitável. Recebi *e-mails* de pessoas - alguns que podiam - dizendo que saíram de suas casas por falta de condições, para morar em pensões, em hotéis. Eu tenho essa prova, esse documento. Então, não dá para dizer que as coisas estão às mil maravilhas, porque o dinheiro arrecadado deve ser reinvestido no mesmo ano para que as obras aconteçam e não se tenha falta de serviço.

É verdade, Dr. Presser, quando o senhor diz que eu tive, em quatro anos, o dinheiro que o senhor teve em um ano, comparando 2000 a 2004, e o ano de 2011. Isso é verdade! Vivíamos e sobrevivíamos apenas da tarifa do DMAE. O senhor tem polpudos financiamentos, hoje, para governar. No entanto, o que causa estranheza, tendo quatro vezes mais recursos do que tínhamos, é ter tanta falta de serviço! Esse é o problema que tem que ser examinado e analisado aqui. O sistema Belém Novo foi todo edificado com aqueles poucos recursos. Foi a nova captação de Belém Novo, foi a ampliação da ETA, foi o reservatório da Boa Vista, foi o reservatório da Restinga, foi o reservatório da Pitíngua, foi o Panorama, assim como todas as obras do bairro Menino Deus, que vão desde a nova captação até a cota 157, da 9 de Julho, e os reservatórios na cota 200.

No meu tempo, Dr. Presser, não havia intermitência em sistema, não senhor. O senhor está equivocado, o informaram mal. Porque, com uma boa gestão e, com uma manobra adequada no sistema Ouro Preto, Ary Tarragô, foi possível abastecer com pressão total, sem intermitência, toda aquela Zona Leste da Cidade, que envolve o Morro Santana e todo o entorno, onde não teve mais falta d'água.

Então, se houve problema de intermitência, foi na sua época e por responsabilidade de alguns dos seus gestores que, aliás, têm tido uma prática de não valorizar os funcionários e de praticar, sistematicamente, assédio moral. Em particular, Dr. Renato, na sua divisão, na Divisão de Tratamento. Inclusive,

estou aqui com denúncias feitas ao Ministério Público do Trabalho de inúmeras pessoas que estão afastadas por assédio moral; excelentes profissionais, que é o que acontece com a maioria dos quadros do DMAE.

Infelizmente, os dados que temos aqui são do Orçamento consolidado; são sim! No ano passado, foram previstos R\$ 17 milhões de investimento na ampliação e melhoria da qualidade do abastecimento; pelos dados, foram investidos R\$ 3,5 milhões. Ou é por acaso que faltam tantos serviços e falta tanta água? Eu penso que não! Isso que nem estamos falando dos problemas de qualidade que ocorrem no sistema, como, por exemplo, em Belém Novo. Eu fui lá domingo, e não dava para tomar a água. Falo, também, da água que sai das torneiras com gosto de esgoto, como lá na Lomba do Sabão! Eu gostaria de que o Renato fosse lá e provasse essa água para saber se ele continuaria a bebê-la. Nesse local, o emissário de esgoto está transbordando para dentro da lagoa, ocorrendo um supercrescimento de plantas aquáticas, de aguapés, que degradam a qualidade. No entanto, essas pessoas só têm essa água para receber e para beber.

Então, o Dr. Presser fala... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... que tem R\$ 300 milhões para concluir. É inaceitável ter R\$ 300 milhões em caixa e não terem acontecido as obras que estavam no Plano Diretor de Esgotos. Vejo aqui a Engenheira Sônia, uma competente engenheira, que coordenou o Plano Diretor de Água. As obras estavam todas previstas, e só agora, sete ou oito anos depois, diz-se que elas vão ser feitas. É por isso que ocorrem os problemas todos que nós vimos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Meu carro Presser, meu caro Mauro, eu não costumo grenalizar o debate. O Presser me fez uma pergunta a respeito de um boletim que eu fiz sobre a questão do Belém. Garantiram-me tecnicamente que havia um problema de planejamento no Belém, mas, pela sua fala e também como

não sou técnico, vou ficar na expectativa, mantendo o diálogo. Eu já respondi esse *e-mail* para o senhor.

Eu tenho uma preocupação, a partir do que o Ver. Todeschini falou, principalmente sobre a questão da Lomba, mais especificamente na divisa com Viamão. Eu acho que há alguns problemas lá, eu acompanhei de perto, várias vezes fiz contato com o DMAE; eu acho que essa é uma região sobre a qual a gente teria que fazer um debate mais aprofundado, porque é uma região complexa, com aquele manancial de água que tem ali, com aquelas plantas, as enchentes que houve, eu tenho acompanhado isso ao longo dos dois últimos anos. Esta é uma questão que o senhor pode, depois, na sua resposta, tocar.

Meu caro Presser, não foi tocado aqui, eu tenho um documento longuíssimo que recebi acerca da situação do Pisa, sobre a escavação de areia, a terra que está ficando no leito do rio. Como nós não temos aqui um sistema de fotografias coloridas, vai ficar difícil mostrar em preto e branco, mas é visível, em vários lugares próximos ao canal que foi feito, escavado, com a tubulação, que nós temos bancos de areia que se sobressaem ao leito do rio. (Mostra fotografia.) Aqui, inclusive, se veem dois operários caminhando sobre esses bancos em pleno Guaíba e um pequeno navio próximo. Eu fui chamado por algumas pessoas da área da navegação, tanto comercial quanto de entretenimento, que me colocaram o perigo que está havendo com a formação desses bancos de areia. Provavelmente, V. Sa. já recebeu esse documento, mas essa é uma questão com que eu me preocupo enormemente, porque nós podemos ter um grave acidente com navios.

Tem um outro problema aqui em Porto Alegre, pois não há nenhum sistema de proteção para os navios que carregam combustível. Nós, agora, tivemos, por causa da renovação do Cais Mauá, que retirar os bombeiros da área portuária; portanto, a acessibilidade é bastante complexa. Eu coloco isso como uma parte do debate, porque, assim como é triste, é inaceitável a falta de água, nós também temos que nos preocupar com a segurança. Qualquer acidente, não só com combustível, pois nós vamos lembrar que temos grandes empresas, inclusive uma das maiores multinacionais, se não a maior multinacional do mundo de adubos e defensivos agrícolas, aqui, na ponta da Zona Norte, no Cais Navegantes; então, qualquer acidente com esse tipo de produto, nós

estaremos contaminando, inclusive porque, um pouco mais abaixo, próximo à rodoviária, tem uma captação bastante grande do DMAE, uma das maiores, segundo informações que eu tenho.

Eu estou sendo bastante cauteloso na minha fala, porque eu pretendo dialogar com o DMAE e sua Direção, eu pretendo dialogar com os técnicos, servidores e também dialogar com as comunidades que sofrem com a falta de água. Eu acho que nós precisamos buscar soluções. Eu estou aqui, Presser, fundamentalmente, como sempre sou, duríssimo nas cobranças, porém acho que nós precisamos, todos, responder às demandas das comunidades. Nós estamos aqui, sejam os Vereadores, sejam os gestores públicos, para garantir água de qualidade para a população. Como eu sou autor da lei sobre circulação, comércio de água mineral na Cidade, posso dizer com o que eu tenho visto e aprendido: eu ainda tomo água de torneira do DMAE, aqui no Centro, pelo menos, com tranquilidade. Agora, eu já sei que, em outros lugares, não é assim, e eu não quero que haja contaminações. Por isso eu faço essas observações. Obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

(Pausa.)

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Secretário Presser, Vereadores, Vereadoras, público das galerias; eu fiquei, Ver. Nilo, mais preocupado ainda depois da manifestação do Secretário. O Secretário veio aqui e confirmou que o DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa. Ora, se o Secretário viesse aqui, Ver. Elói, e dissesse “nós estamos enfrentando problemas financeiros, o DMAE não tem como fazer as obras devido à falta de recursos”, eu diria que o Secretário tem uma boa gestão, mas, infelizmente, a Prefeitura está arrecadando pouco, e o DMAE não está conseguindo fazer obras. Mas é o contrário! Vem aqui e diz “o poder aquisitivo da população melhorou, aumentou em 6,8%, as pessoas estão ganhando mais”,

consequentemente a Prefeitura arrecada mais, Ver. Todeschini, tem mais condições, tem mais dinheiro em caixa, e a população é a mesma. Agora, talvez, a população está ganhando melhor e está tomando mais água! Então, está faltando água nas comunidades.

Ora, temos dinheiro em caixa, a população de Porto Alegre é praticamente a mesma. “Ah, mas mudaram de local.” Mas 10, 20, 30 ou 40 mil pessoas não se mudaram de um dia para o outro! As coisas vão acontecendo, a Prefeitura tem que acompanhar a movimentação das comunidades, e, se tem dinheiro em caixa, tem que realizar as obras e os serviços! Afinal de contas, eu acredito que todos que estão aqui não estão preocupados se a Prefeitura vai ter poupança e vai guardar dinheiro. O que as pessoas querem é que o serviço seja realizado! As pessoas querem o mínimo: água na sua casa, luz, rua, ônibus, escola, posto de saúde. Eu acho que a população está preocupada é com isso, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo! A população não está preocupada que o DMAE tenha dinheiro em caixa guardado porque pode acontecer uma eventualidade. A eventualidade está acontecendo: não tem água na torneira, que é o que a população quer! Se há dinheiro, vamos fazer obras e colocar água nas torneiras! É isto que nós precisamos: de serviço!

A função do Governo do Estado e da Prefeitura é providenciar para que as pessoas e as comunidades sejam bem atendidas, que os serviços sejam cumpridos! É isso que elas querem! Agora, não as pessoas terem que entrar na Justiça porque não têm água nas suas casas, com R\$ 300 milhões em caixa! Trezentos milhões em caixa, e abrir a torneira e não sair uma gota de água! Porque há lugares em que a água nem chegou! Eu ando pela Cidade - estive na Pedreira, no Morro Santana e, pasmem, há uma mangueira dentro do esgoto onde está passando a água potável para aquela comunidade tomar! A água potável, dentro de uma mangueira, está junto com o esgoto! Esse é o serviço de quem tem 300 milhões em caixa! Há uma mangueira dentro de um valo de esgoto! Depois vai gastar no posto de saúde, porque vai fazer mal para a criança que tomar aquela água, Ver. José Freitas! Não pode fazer bem a água potável junto com o esgoto!

Eu estive na Zona Sul, na Costa Gama; a comunidade pediu mais um ramal, Ver. Todeschini - o senhor sabe, porque conhece bem a região -, e até agora

esse ramal não saiu! A comunidade cresceu? Cresceu! As pessoas precisam morar, vão se ajeitando como podem! Agora, a Prefeitura tem que acompanhar, tem que levar o serviço, Ver. João Antonio Dib, ainda mais que tem dinheiro! A economia vai bem, a Prefeitura está arrecadando, tem dinheiro como nunca teve! Queria o senhor ter tido R\$ 300 milhões assim, não é, Ver. Todeschini? Ter tanto recurso e não usá-lo!

Agora eu pergunto: nós deveríamos ter chamado o Secretário do DMAE ou o Secretário da Fazenda? Porque estamos tratando dos recursos em caixa, da poupança da Prefeitura!

Nós queremos, Secretário, água nas torneiras, serviços na comunidade, ônibus, escola, creche; não queremos dinheiro em caixa! Nós precisamos que os serviços sejam realizados! Vamos aproveitar o bom momento econômico do Brasil e vamos dar melhores condições de vida para a nossa população! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; meu amigo Presser, Diretor do DMAE; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, quando nós falamos para uma população que está precisando de um serviço cada vez melhor para poder ter uma vida também um pouco melhor, nós temos obrigação de bem informar essa população, essa comunidade. Mas, ao longo dos anos, um dos trabalhos feitos pelas lideranças petistas foi exatamente desinformar as pessoas. O Ver. Mauro Pinheiro deveria ter dito que um dos grandes problemas que o DMAE viveu - e por isso a Administração que sucedeu o PT aqui em Porto Alegre teve problemas - foi exatamente que, em vez de aplicar em água, como a Administração era péssima, era muito ruim, tiveram que tirar o dinheiro do DMAE para emprestar para outros setores, porque o funcionalismo público não tinha como receber o décimo terceiro. Pegaram o dinheiro do DMAE e pagaram o décimo terceiro! E aí o Ver. Todeschini, que foi Diretor do DMAE, respondendo aqui a essa afirmação que

fiz há algum tempo, disse que ele exigiu, na época, que essa devolução do empréstimo fosse feita rapidamente. Aí fui ver o Processo, e lá está que esse dinheiro que foi emprestado pelo DMAE, que saiu do DMAE, que poderia ter melhorado as condições do DMAE, as Administrações que se sucederam foram conseguir pagar essa conta somente em 2009. A dívida foi contraída em 2004, 2005 - está lá no Processo administrativo. O Ver. Todeschini disse que tinha sido pago de vez por exigência dele. Não, a negociação esta lá para quem quiser ler, está no Processo administrativo, Ver. Todeschini, e eu tenho todos os dados, posso passar para Vossa Excelência! Não foram poucos milhões! Não foram poucos, não, foi praticamente mais da metade daquilo que o DMAE tinha depositado para fazer obras! Mais da metade!

E aí, vêm a lideranças aqui e fazem um discurso como se tivessem deixado um caixa rico para as futuras Administrações, e os administradores seguintes não souberam gerir o que tinham recebido. Não é verdade!

Se V. Sas. puderem ver como é que esse dinheiro foi gasto e como esse dinheiro teve que ser devolvido depois... Está no Processo administrativo; esses Processos são públicos, não estão somente à disposição deste Vereador: estão à disposição de todos os que quiserem ter acesso a esses dados.

Mais uma vez, Ver. Todeschini, infelizmente, a informação que V. Exa. trouxe para esta Casa de que aquele empréstimo foi pago rapidamente não era verdadeira. Tivemos um prazo de cinco anos para o pagamento daquele empréstimo, Ver. Elói Guimarães, o que não é um prazo pequeno: é um prazo muito grande, contrariando a informação que V. Exa., Ver. Todeschini, trouxe a esta Casa de que tinha que ser pago em duas vezes.

É claro que agora o Presser traz aqui alguns dados que são extremamente importantes, obras que estão sendo realizadas, dinheiro que, é claro, tem que ficar no caixa para poder garantir futuros trabalhos. Então, quero, com toda a certeza, cumprimentar o DMAE e o seu Diretor, Presser... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Caro Presidente, colegas Vereadores, Secretário Presser, público que nos honra com a sua presença, principalmente quem vem lá da Região do Extremo Sul, primeiramente, eu queria, de público, Secretário, elogiar o Projeto Integrado Socioambiental. Nós, à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e outros Vereadores, tivemos a oportunidade de visitar e observar o desempenho das obras, o andamento das obras e o benefício que isso vai trazer para a Cidade, principalmente para a Região do Extremo Sul.

Eu queria agradecer pela forma como o senhor recebeu a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, pela forma transparente com que o senhor vem hoje aqui falar do DMAE, do que foi investido, do que está por ser investido. A sua presença aqui nos deixa muito contentes. Por isso, Secretário, eu acho que quem não deve, não teme.

Quando foi solicitada a sua presença aqui, eu fiz um Requerimento para que estivesse junto a CEEE. E eu estou estranhando a ausência da CEEE na Câmara, e a dificuldade que se tem de falar com a CEEE.

Mas o que é que têm a ver a CEEE e a luz com esse processo? Todo o bombeamento depende da luz, depende da CEEE. Não obrigatoriamente, Ver. Mauro Pinheiro, mas os reservatórios vão sendo consumidos. E, estranhamente, hoje, eu estou um pouco exaltado, estou com bastante dificuldade, porque, desde a madrugada, eu venho tentando contato com a CEEE em função de um maldito poste lá no Extremo Sul da Cidade. Há mais de 300 famílias agora na Estrada do Varejão, na Rua Primavera, na Rua Araçá, e na Rua Camboim, sem luz! E não se consegue resolver o problema. A primeira coisa que se achou é pelo problema de distribuição, não há poste. Já houve reunião no Ministério Público, isso desde 2009, com o Dr. Fábio Sbardelotto, da Promotoria Urbanística, para aquela comunidade ter luz - isso já foi resolvido. Depois, o problema era com a Prefeitura. Essa comunidade recebeu um Termo de Anuência da PGM, da Prefeitura de Porto Alegre, que, há mais de um ano, está com o projeto de luz lá parado! Isso tem relação direta

com a água! Agora, na segunda-feira, teremos uma reunião na CEEE - foi por interferência do Ver. Ferronato que conseguimos marcar essa reunião. Mas, novamente, a comunicação continua difícil com a CEEE. Desde ontem, a nossa gente está lá sem luz, e não se consegue contato com a CEEE. Então, eu estranho muito a ausência aqui da CEEE. Acho que ela seria de fundamental importância para que pudéssemos achar qual é o problema principal em torno da questão da água; e não só da água, que é um bem fundamental, mas também da luz, porque para chegar água depende da luz.

Eu não poderia, Secretário Presser, sair desta tribuna sem fazer um registro, sem fazer um agradecimento ao Bichinho, enaltecendo o trabalho que ele faz. Bichinho, parabéns pelo teu trabalho. O Programa Água Certa já deu certo, está modificando substancialmente a qualidade de vida das pessoas que moram na periferia de Porto Alegre. Parabéns, e eu, representando humildemente o Extremo Sul, agradeço pelo teu trabalho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e os que nos assistem pela televisão, eu venho aqui apenas fazer um breve registro para tentar entender algumas questões.

O nobre Ver. Todeschini, a quem respeito, é um excelente Vereador nesta Casa, faz um excelente trabalho, mas ninguém é perfeito, todos nós erramos; o Vidal também erra, o ser humano erra. Eu acredito que houve um equívoco por parte do Ver. Todeschini - não posso acreditar que foi intencional, podem ter dado a ele um relatório equivocado - quando ele disse que, no final da sua gestão no DMAE, tinha deixado R\$ 40 milhões. Esses R\$ 40 milhões, na realidade, fazendo um estudo, um histórico, foi de 2003 para 2004; o Fogaça foi Prefeito em 2005. E o que eu encontrei é que ficaram R\$ 30 milhões, sendo que, dos R\$ 30 milhões, R\$ 21,5 milhões foram emprestados para a Prefeitura pagar contas, porque ela estava quebrada, estava se socorrendo de um

dinheiro a que não tinha direito. Não vai aqui nenhuma ofensa, gente, por favor! É matemática, é uma reflexão. A Prefeitura estava mal das pernas e socorreu-se do primo rico, o DMAE: “Olha, precisamos de dinheiro”, e foi lá e sacou R\$ 21,5 milhões.

Eu pergunto: com esse dinheiro, na época, já não dava para fazer algumas obras a médio, curto ou a longo prazo, para que hoje não enfrentássemos esse problema? Ou a gente faz uma Administração para hoje? Ou a gente faz uma Administração só para os quatro anos? Qualquer país um pouquinho melhor que o Brasil faz planejamento para 50 anos, 30 anos, para 100 anos. V. Exas. ficaram 16 anos no Governo e estavam tão bem que emprestaram R\$ 21,5 milhões. Dava para fazer uma caixa-d'água ali por cima, ali pela Lomba do Pinheiro! Sendo que a Prefeitura não pagou os R\$ 14,5 milhões. Na real, aqui, sem ser pejorativo: deram um calote em dívidas, a curto prazo, e ficaram num déficit de R\$ 6 milhões. Então, em vez de terem R\$ 30 milhões, não! O déficit era de R\$ 6 milhões!

Agora, vem um Governo que tem dinheiro, que tem saúde financeira; os R\$ 300 milhões não podem ser gastos, porque tem lastro, tem contas a pagar, o banco exige, os órgãos públicos exigem, o Ministério Público exige, o Tribunal de Contas exige! Tem o dinheiro, mas tem de ter a reserva, o lastro - todo mundo sabe disso, ninguém é criança! Somos homens públicos, mexemos com coisa pública e temos de ser sérios com a coisa pública! Há R\$ 300 milhões para serem administrados com emergência.

Agora, o que eu quero deixar aqui bem claro é que um grande reservatório d'água, como este que foi feito aqui no Partenon - que é uma monstruosidade, coisa que nunca fizeram -, não se enche com balde ou com mangueirinha! Se a CEEE não forneceu a luz, o motor parou! Se o motor para, a água não vai! Aí há um colapso! Ninguém é criança! Faltou luz pela CEEE, vamos chamar os moradores para buscarem água no açude, a balde, para encherem o reservatório? O que é isso, minha gente?! Vamos trabalhar sério em cima deste assunto, porque para mim está parecendo sabem o quê? Palanque eleitoral! E isso me dá nojo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Diretor Presser, meus cumprimentos e agradecimentos por vir a esta Casa trazer elementos para a nossa tarefa de fiscalização. Todos os Vereadores de todas as Bancadas receberam muitas queixas sobre o drama, deste início de ano, de falta de água, que nós sabemos que poderia ser pontual. Mas aqui quero tratar da vida real, crônica e continuada, que, em comparação com o que há de dinheiro guardado, não tem o que justifique.

Primeiro, só para deixar as coisas no empate, limpas: acho que o DMAE, quando pode, tem que emprestar para a Prefeitura, tudo é Governo e necessidades públicas. Ponto!

Segundo, se o Prefeito Fogaça não devolveu depois, bom, nós não podemos nos responsabilizar.

Agora, para mim, isso tudo é dinheiro público; com R\$ 300 milhões que estão no caixa do DMAE poderiam construir escolas. No Loteamento do Bosque, no Quinta do Portal, são 600 crianças de seis anos de idade que pegam ônibus sozinhas para ir à escola. O Quinta do Portal está esperando há anos, ganharam há anos, e poderiam construir, aqui, na Av. Oscar Pereira, Canudos, porque aquelas crianças, de seis anos de idade, têm que pegar ônibus para chegar na escola! Então, tudo é dinheiro público que deveria ser usado para cuidar do povo e não estar guardado.

Mas eu vou tratar da água. No ano passado, o Secretário recebeu a informação aqui e, depois, numa reunião que tivemos com ele, de que, das 55 comunidades que nós visitamos no Programa Câmara na Comunidade - e participaram vários Vereadores, de vários Partidos -, várias comunidades, milhares de famílias bebiam água de mangueirão, estocavam água à noite, Secretário, e não tinham como tomar banho quente nos meses de inverno, junho, julho e agosto! Fiquei estarecida. Eles têm que esquentar a água e dar banho nas crianças em tinas; não têm como higienizar os alimentos. Isso é muito grave!

Quando a gente olha o desempenho da ampliação da rede de água, eu acho que o Água Certa é um bom programa, mas ele tem que acontecer! E ele tem que acontecer para as famílias que não conquistaram a regularização fundiária. Por quê? A regularização fundiária é lenta, é longa a luta para termos a regularização da nossa casinha, do nosso terreno.

Agora, a pessoa que não está regularizada não tem direito de beber uma água limpa? Claro que tem! Tem, e tem que ser servida, porque a água é direito humano.

Então, gastar só R\$ 1 milhão em ampliação de rede de água, quando estavam previstos R\$ 13 milhões, no ano de 2011, nos diz que há um problema de execução. E nós queremos resolver, queremos que isso se resolva, porque não é possível as comunidades beberem água de mangueirão; eu poderia listar aqui, são três, quatro páginas de nomes, como a Cooperativa 4 de Julho, na Lomba do Pinheiro, que é até uma cooperativa mais estruturada, e que recolhe água de mangueirão! É mangueira! E as famílias lá podem, inclusive, pagar pela água, elas querem pagar. Mas como não chega a política pública lá, a Água Certa?

Vou citar o Beco X, no Humaitá; Tio Zeca; Vila Santo André e Vila Liberdade - as quatro comunidades, perto da Arena do Grêmio, estocam água como podem para sobreviver, porque é mangueirão, Ver. Brasinha! E é aqui pertinho! E elas vão ficar por lá.

É verdade, o PIEC está atrasado em oito anos, mas não dá para botar água em pontos estratégicos? As famílias precisam de dignidade, as crianças, principalmente, as mulheres - semana que vem é o Dia 8 de Março -, e as mulheres é quem são massacradas por essa falta de água, porque são elas que têm que garantir uma roupa, uma comida e uma limpeza da casa minimamente! Então, falta de água é muito dramático, muito! E quando a gente vê explicações, sabe que está na perspectiva, mas a gente precisa perceber que, se tem dinheiro e se tem um nó ali na execução, tem que resolver, porque a água tem que chegar às pessoas.

Eu posso citar a Vila Gaúcha, uma comunidade mais estruturada; no Morro Santa Tereza - há quantos anos aquilo está congelado? Não é uma ocupação nova. No Morro Santa Tereza, do lado da Record - eu vi, não me contaram -,

há tinhas de água, onde as pessoas juntam água durante a noite para poder usar de dia. É aqui, no Morro Santa Tereza! Não vão sair de lá.

Qual é a nossa dificuldade de resolver o problema da água lá do Seu Brilhante, que está enlouquecido na Vila das Oliveiras, que não consegue a água? E eles não vão sair de lá.

E aqui está a comunidade Nazaré, com problema de água, de esgoto. Há comunidades em que a gente vê que não chega água na pia, não chega água na comunidade, e sobra água...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; meu caro Diretor-Geral do DMAE, Flávio Presser; meus senhores, minhas senhoras, servidores do DMAE aqui presentes; meu caro Diretor-Geral, eu quero cumprimentá-lo pela apresentação que fez e que mostra por que a Prefeitura de Porto Alegre recebeu o primeiro lugar em matéria de transparência. Nada foi escondido, e eu acho isso muito importante.

Eu tenho algumas restrições com algumas colocações feitas no plenário pelos Vereadores que me antecederam. A Ver.^a Sofia Cavedon, neste momento, fez algumas sugestões, e eu acho que isto é que deveria ter ocorrido: “Em tal lugar está faltando água”. Agora, criticar por criticar não tem sentido - absolutamente nenhum.

O Diretor não escondeu nada, mostrou com transparência, que, aliás, a Internet também poderia ter mostrado.

Eu só tenho que lamentar uma coisa, como servidor público municipal: um servidor foi acusado na tribuna e não pode se defender. Isso eu acho incrível, eu acho intolerável. Eu não posso aceitar!

Eu já disse que fui Diretor do DMAE duas vezes e jamais faria uma crítica ao DMAE, como nunca fiz. Quando eu tiver problema com alguma coisa do

DMAE, eu vou me dirigir ao Diretor do DMAE, ao Superintendente de Engenharia, enfim, a quem possa ajudar a resolver o problema, porque eu acumulei experiência nas duas vezes em que fui Diretor do DMAE. Então, eu tenho dever com o DMAE; eu não posso criticá-lo, eu tenho que ajudá-lo. Realmente, eu coloco como tristeza, tudo aquilo que aqui na tarde de hoje ocorreu. Saúde e PAZ! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Pancinha está com a palavra.

O SR. JOÃO PANCINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Diretor-Geral do DMAE, Flávio Presser, comunidade presente aqui neste dia de hoje, servidores do DMAE que acompanham o Diretor-Geral, telespectadores do Canal 16, também os que assistem a Sessão pela Rádio Web, primeiro eu gostaria de dizer da minha satisfação de retornar a esta Casa - substituindo o Ver. Sebastião Melo, que se afastou, pediu licença para tratar de interesses -, depois de ficar praticamente dois anos afastado, quando vivi experiências novas. Visitei esta Casa em algumas oportunidades e tenho a satisfação de estar retornando no dia de hoje, e num dia, para mim, importante, porque está presente aqui, Ver. João Antonio Dib, o Flávio Presser, Diretor-Geral do DMAE desde 2005: entrou com o Prefeito Fogaça, permaneceu na segunda gestão do Prefeito Fogaça e, agora, com o Prefeito José Fortunati.

Obviamente, meus amigos e minhas amigas, há problemas, como há problemas em todas as grandes cidades brasileiras. E saúdo, como bem fez o Ver. João Antonio Dib, o pronunciamento da Ver.^a Sofia, quando apresentou alguns locais onde há problemas. É para isso que nós estamos aqui. Nós estamos aqui para fazer essa ligação entre o Poder Público e as comunidades, trazendo os problemas que se apresentam, para que nós possamos juntos achar soluções.

Mas eu não posso - e vocês conhecem bem a minha característica, eu gosto muito de um bom debate, mas não o pessoalizo -, não posso deixar, Diretor

Presser, de destacar que, ao longo desses, praticamente, oito anos, muita coisa se fez em saneamento, muita coisa se fez no DMAE, como há muito tempo não se fazia nesta Capital. E eu destaco aqui - e vou deixar por último o maior Projeto do DMAE e da Prefeitura dos últimos anos - o Água Certa. No Água Certa, mais de 15.600 economias foram regularizadas, deixando de haver um prejuízo e uma fuga de água, vamos dizer assim, de mais de 3 milhões de metros cúbicos em Porto Alegre.

Diretor Presser, as pessoas tinham vontade de pagar pela água, tinham vontade de ter o endereço e não era dada essa oportunidade para elas. O Programa Água Certa deu essa oportunidade: as pessoas hoje têm endereço certo e pagam pela água que consomem, não importa se menos ou mais, mas pagam pela sua água e vivem com o resgate da cidadania, porque a água é fundamental para a Saúde pública.

Quero destacar que jamais, tenho certeza, investiu-se tanto em saneamento como nesses últimos oito anos. Aqui eu poderia falar do DEP, onde estive por quatro anos e onde fizemos essa fantástica obra do conduto forçado Álvaro Chaves, mas vou me deter no Pisa, Projeto que vai passar o esgoto tratado de 27% para 72% em Porto Alegre - índice dos maiores do mundo. Porto Alegre está neste rol.

Ter R\$ 300 milhões em caixa é muito bom. E uma hora é bom ter e outra hora deve ser dividido? Não! O dinheiro do DMAE tem que ser realmente guardado e investido em contrapartida, porque também nunca se teve tanto financiamento como desde de 2005, quando se sanearam as finanças da Capital. E o DMAE tem sido fundamental na contrapartida! Por isso, os R\$ 300 milhões em caixa: aumentou a arrecadação com o Água Certa, os serviços são executados e, hoje, o DMAE tem realmente dinheiro em caixa para fazer os investimentos.

Os investimentos e os serviços são feitos graças à aproximação do DMAE com o Orçamento Participativo. Aqui vejo grandes lideranças do Orçamento Participativo, que estão presentes. Tenho certeza de que quem conhece os problemas da região são os moradores da região. E essa aproximação que o DMAE faz com o Orçamento Participativo, com o FROP, com o COP, nas

próprias assembleias, tem sido fundamental para o bom atendimento das comunidades em termos de água.

Problemas temos, bem o disse o Ver. Dr. Thiago Duarte; temos problemas inclusive em relação à CEEE. O bombeamento, Ver. Carlos Todeschini, é feito, mas precisa da CEEE, e ela tem apresentado problemas. Temos que achar, em conjunto, soluções. Nós não estamos aqui para criticar ou elogiar: estamos aqui para trabalhar e tentar achar soluções. Acho que podemos fazer, junto ao DMAE, à CEEE, grupos de trabalho para que possamos tentar minimizar os problemas das comunidades.

Para concluir, quero dizer, Sr. Presidente - e aqui com a empolgação de quem está retornando -, que vários serviços, projetos que estavam parados há algum tempo, há muitos anos, hoje estão sendo trazidos pelo DMAE já em Orçamento, em pré-fase de execução, como a adutora da Juca Batista; a instalação de um quarto motor na estação de bombeamento do Rubem Berta; a adutora de água bruta; a estação de bombeamento de água tratada da Restinga-Xavantes. Sem falar, Secretário Presser, que, daqui a alguns anos, tratando o bairro Sarandi, teremos 100% do esgoto tratado, já discutido e falado aqui quando eu estava como Vereador no ano de 2010.

Saúdo a presença do Diretor Presser, parabenizo-o pelo seu trabalho e dos seus servidores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Pancinha

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, infelizmente fui convocado pelo Ver. Brasinha e me afastei aqui do plenário. Isso fez com que eu não visse uma repetição de comportamento, o que, posteriormente se consolidou. Vejo, mais uma vez, aqui, a velha discussão entre o sim e o não, entre o certo e o errado; a oposição achando que o DMAE está errado; o Governo, evidentemente, achando que está certo. Como não sou nem da oposição nem do Governo, fico muito à vontade para vir

à tribuna dizer, com muita segurança, o seguinte: quem vai sair satisfeito hoje, daqui, é o Diretor do DMAE, porque parece que a sua explicação foi de tal forma consistente que se faz de tudo menos indagar a respeito daquilo que ele afirmou.

Há uma grande discussão de que se tem dinheiro guardado no DMAE ou se não se tem dinheiro guardado. Estão guardando bem o dinheiro do DMAE, e eu vou bater palmas. Não posso querer que o DMAE não guarde bem os recursos que tem na sua poupança estratégica, até porque o Diretor-Geral do DMAE, a sua Diretoria financeira e contábil não pode simplesmente dispor do dinheiro do jeito que quer. Se começa a colocar o dinheiro do DMAE, sem autorização adequada no Orçamento da Prefeitura, atendendo inclusive aos clamores de alguns de que isso vai servir para construir escolas, isso é desvio de finalidade. E isso, em vez de trazer prejuízo para a Direção do DMAE, vai trazer é responsabilização por essa postura absolutamente equivocada.

Então, Vereador-Presidente, eu gostaria de registrar que ouço, do Diretor-Geral do DMAE, explicações adequadas sobre determinadas situações pontuais. Tenho absoluta confiança de que, com a responsabilidade que caracteriza a Direção do DMAE, os problemas pontuais que hoje, neste período de grande calor que tomou conta da Cidade - inclusive, há poucos minutos tivemos que tirar o paletó, cujo uso é uma exigência regimental -, possam, nesse intermédio, sem que haja desvio dos recursos poupados pelo DMAE sejam utilizados para o enfrentamento de algumas situações.

Não resta dúvida nenhuma, meu caro, Dr. Presser, de que a Zona Sul, o Extremo Sul da cidade de Porto Alegre vive hoje uma transformação muito grande, com um grande número de novas unidades habitacionais que lá surgem, até mesmo com o Programa Minha Casa, Minha Vida, somado aos novos loteamentos, e a necessidade, evidentemente, de se atender a essas áreas multiplicam e explodiram qualquer planejamento que pudesse chegar aqui em Porto Alegre.

É verdade, ninguém de sã consciência admitiria que fosse tão grande a transformação naquela área, mas foi. E agora que ela surgiu, não me resta outra coisa senão, nesses poucos segundos que ainda me restam, dizer ao Diretor do DMAE que a minha pergunta é acompanhada de uma resposta. O

DMAE só pode concordar com isso, investir forte naquela área, porque, inclusive, terá um retorno tão bom quanto àquele que fez com que ele pudesse ter uma economia na ordem de R\$ 300 milhões. Meus cumprimentos. Saiba que eu sou independente, se V. Exa. fizer alguma coisa que não está escrito como correto, vai ter o meu protesto. Mas como até agora eu só vi o senhor ser acusado de fazer coisas certas, tem o meu aplauso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro, eu quero apenas fazer um esclarecimento, porque a Ver.^a Maria Celeste nos solicitou. Ela que sugeriu o tema do Grande Expediente hoje, sobre a água, mas não pode estar presente porque teve um problema familiar sério e pediu desculpas. Quero justificar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero saudar aqui o Sr. Flávio Presser, Diretor do DMAE; as lideranças do Conjunto Residencial Rubem Berta; as lideranças e coordenação da Vila Amazônia e do Porto Seco; as lideranças e representantes do Loteamento Dom Pedro; os moradores do Jardim dos Coqueiros; e o Sr. Sérgio, da Lomba do Pinheiro. Agradeço a presença de todos.

Diretor Flávio Presser, aqui muito se falou sobre competência. Quiseram dar a entender que não existe competência no DMAE. Foi assim que quiseram colocar aqui. Eu quero dizer que ter R\$ 300 milhões em caixa é sinal de competência e que jamais isso poderá ser colocado como incompetência! Só se faz uma obra tendo recurso disponível e com planejamento.

A minha pergunta hoje ao Diretor - tenho certeza de que ele vai nos esclarecer na sua fala - é se, no ano que vem, teremos esse recurso em caixa por competência do DMAE, dos seus funcionários e da sua Diretoria.

Nós só temos recurso em caixa porque lá houve planejamento. Houve um planejamento que não foi desfeito.

Eu recebi um documento do DMAE no qual diz que estão previstos, para aquela Região citada aqui, quatro obras, programas ou projetos que irão resolver a situação de lá.

Quase todo mundo quer falar da situação que já aconteceu, por uma questão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, pelo pico de energia que ocorre do verão, por ser um local de difícil acesso para se levar água, pois a mesma precisa ser bombeada.

Agora, a pergunta, meus amigos, é: no ano que vem teremos solucionado esse problema? É isso que devemos saber. Como Vereadores eleitos pelas comunidades, por estarmos dentro desta Casa, que representa o povo, devemos saber isso. Essa é a pergunta que quero deixar aqui. Eu não quero aqui discutir se, na Administração do Partido dos Trabalhadores, foram competentes ou incompetentes. Eu não quero discutir aqui a competência, mas, por favor, usar um fato político, não podemos, de maneira nenhuma. Transformar isso num fato político partidário está errado, porque, em primeiro lugar, deve vir, sim, a comunidade que tem necessidade de ser atendida. O dia em que nós começarmos a fazer política em cima de um fato isolado, pontual, que aconteceu, que aconteceria em qualquer momento...

No Estado do Rio Grande do Sul, todos aqui olham televisão, todos leem jornais, todos estão bem informados. O Estado do Rio Grande do Sul passou por uma das maiores secas da história deste Estado - e isso não foi porque A ou B quis, mas, sim, porque era uma coisa vinda da própria natureza.

Eu não posso, de maneira nenhuma, achar que uma autarquia como o DMAE - que está implantando em Porto Alegre o maior programa de saneamento básico que se viu na história de Porto Alegre, onde, praticamente 80% das casas vão ter o seu esgoto tratado; onde, o Programa Água Certa está entrando nas Vilas e levando a água à população, dando a oportunidade, como disse muito bem, aqui, o Ver. Pancinha, de cidadania, mas, mais do que isso, dando qualidade de vida - tenha a obrigação de fazer tudo no mesmo momento. Então, por que não fizeram antes? Se é obrigado a fazer num primeiro momento tudo, façam! Tinham a oportunidade de fazer! Aí, dizem que não tinham dinheiro.

Parabéns, Diretor Flávio Presser, pelo seu trabalho, pelo trabalho de quem o senhor comanda lá dentro, que fizeram um excelente trabalho. Eu sou um líder comunitário que entra nas vilas e fico muito feliz quando vejo o povo tomando uma água de boa qualidade. Parabéns pelos R\$ 300 milhões em caixa, aplique na Cidade e mostre que competência não se busca: se tem, se traz, se constrói, se aprende. Parabéns aos funcionários do DMAE, parabéns a todas as lideranças. Este Vereador vai continuar junto, trabalhando, para que, no futuro, nós possamos vir aqui e dizer: temos 100%...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Presidente, Ver. Mauro Zacher; Dr. Flávio Presser, Diretor-Presidente do DMAE; moradores e integrantes dessa autarquia; Presidente Presser, eu diria, de excelência. É uma averbação que faço e desafio: o DMAE é uma instituição de excelência, comparável às de Primeiro Mundo. Nós ocupamos o pódio das cidades brasileiras em satisfação no atendimento de água. Questões pontuais são óbvias, nós nos solidarizamos, porque ninguém poderia não entender que existem problemas aqui e acolá, mas eles são insignificantes. Aliás, nós temos déficit em segurança, saúde, salário, etc. e tal. Agora, quando se analisa uma instituição como o DMAE, tem que se ter absoluto cuidado, sob pena de jogar uma instituição com o perfil técnico, com o perfil de satisfação à população numa situação deprimente, o que não é correto nem justo. Não vamos aqui fazer uma análise histórica da questão, isso nos tomaria muito tempo. A questão de ter ou não ter recursos, R\$ 300 milhões... Eu não vou contar aqui a fábula do burro, do guri e do velho. Todos conhecem essa fábula! Lá pelas tantas, o velho botou o burro na cabeça e saiu caminhando. Não vou contar aqui! Mas eu ouvi: “Olha, por que não dar dinheiro para escola, esse valor depositado?” O Diretor do DMAE sairia algemado da autarquia; é elementar que isso não se pode fazer!

Nós não podemos assistir a essas coisas aqui de pessoas que têm a representação pública. A representação importa responsabilidade. É bom que se diga que o DMAE vem num crescendo, é bem verdade; podemos analisar historicamente, mas ele vem num crescendo de satisfação à população com obras em andamento, com projetos em execução. Nem vamos falar no Pisa, porque esse é o maior projeto da história da Prefeitura! Não vamos falar nisso! Mas o DMAE vem cumprindo tecnicamente as suas obrigações, o que o coloca como instituição de excelência. Digam que não! É instituição de excelência! Por quê? Porque atinge níveis de satisfação que não são atingidos por outras atividades públicas! Essa é a análise que tem que se fazer! Imaginem eu chegar na tribuna hoje e criticar a falta de luz no meu bairro, no teu bairro, no bairro de A ou de B! Mas, vem cá, eu sou um irresponsável?!

A tempestade que caiu nos levou àquela situação de desalinho no trânsito, etc. Aí eu venho à tribuna dizer que a CEEE é isso, é aquilo! O que é isso? Eu acho que a exposição que o Diretor fez trouxe os dados substantivos e fundamentais para que se trabalhe essa questão! Claro, evidentemente, um pontinho aqui, outro ali... Nós temos esse déficit? Temos. Mas nós estamos avançando! E essa análise tem que ser feita aqui, sob pena de caminhararmos pela irresponsabilidade, o que não se aceita do homem público. Não se aceita do homem público irresponsabilidade, porque isso tem um efeito muito grave na autoestima da população!

Portanto, eu quero dizer que o DMAE - e o Ver. Todeschini sabe! - é uma instituição de excelência, igualável às melhores instituições de fornecimento de água do Brasil e do mundo. Talvez São Paulo esteja cotejando com o DMAE. Eu não vou aqui trazer investimentos, projetos, etc. Então, meus cumprimentos ao Presidente e aos funcionários do DMAE.

Agora, uma questão, Presidente, que nós precisamos investigar. Essa me parece que é a única questão - isso aqui não pode! -, e o Ver. João Dib já colocou, que é a questão do assédio! Que história é essa? O servidor não pode se defender. Nós vamos ter que tratar disso com muita seriedade! Afinal de contas, é algo que está colocado. Portanto, ficam aqui, Presidente, os meus cumprimentos ao DMAE, a todo esse *know-how* essa tecnologia que o DMAE

vem alinhavando através dos anos. Meus cumprimentos, Diretor-Presidente Presser. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Saúdo a presença do Presidente da UAMPA, Sr. Sandro Chimendes; da nossa querida Ver.^a Lurdes da Lomba; e das mais diversas lideranças que estiveram presentes hoje aqui nas galerias. Quem solicitou, evidentemente, foi o Ver. Paulinho Rubem Berta.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Presidente Zacher e demais presentes; algumas coisas que foram ditas pela metade devem ser ditas por inteiro. Quero me referir à questão do empréstimo de 2003 para 2004, quando eu era Diretor-Geral do DMAE. Assumo inteira responsabilidade, com a convicção de que foi feito o melhor. Foi feito o repasse para o pagamento de R\$ 40 milhões de 13º salário, de 2003 para 2004, com o compromisso de retorno em 60 dias, em duas parcelas; R\$ 40 milhões, e assim foi feito na minha gestão.

De 2004 para 2005, foi feito um empréstimo do DMAE de R\$ 21,5 milhões. Portanto, restaram cerca de R\$ 9 milhões em caixa, havia um saldo do DMAE de R\$ 30 milhões. E também foi contratado para o recurso ser devolvido em 60 dias. No entanto, o próprio Ver. Luiz Braz disse que o dinheiro foi devolvido em cinco anos. Portanto, essa responsabilidade não cabe a nós. Essa responsabilidade cabe ao Governo atual, que não devolveu o recurso, o Governo Fogaça. É preciso deixar muito claro isso.

E mais, mesmo com um recurso bastante menor, fizemos todas as obras do sistema Belém Novo, do sistema Menino Deus/Partenon e do sistema Glória, até o reservatório de 5.000 metros cúbicos ao lado do santuário, a cota mais alta da Cidade, cota 275. Mesmo assim, houve a possibilidade desse pequeno caixa que transitou de um Governo para o outro, e viabilizou-se um empréstimo para a Administração Centralizada. Portanto, havia uma situação diferente daquilo que o Diretor do DMAE fala, de saldo negativo; um saldo positivo, sim, de, no mínimo, R\$ 17 milhões, pelo dado dele. Tem que contabilizar mais R\$

21 milhões que estavam no caixa da Administração Centralizada, emprestados pelo DMAE.

Em segundo lugar, cabe a esta Câmara fiscalizar a condução dos serviços de todos os atos da Administração. Tem assédio moral, sim, no DMAE! Isso é dado fornecido pela própria Secretária de Administração, que diz que o DMAE é o órgão mais problemático. Está aqui, quem quiser acompanhar pode ir ao Ministério Público do Trabalho, na 4ª Região, através do Ofício nº 001507, de 2012.

Também é bom que se diga em relação ao Programa Socioambiental que tem problemas muito sérios, sim, ou vamos esquecer que houve duas mortes de operários em trabalho porque houve alteração de projeto de boca? Quem vai responder por isso, Flávio Presser?! Quem vai responder pelos homicídios, em que as famílias perderam dois trabalhadores que foram concretados em uma morte brutal porque alteraram o projeto de boca, porque fizeram um escoramento que não podia ser feito, porque fizeram coisas que são inaceitáveis?! Então, estamos falando disso, sim, que são coisas sérias.

O Plano Diretor de Águas, de 2003/2004, pelo menos o último de que tenho notícias, já apontava todas essas obras, porque o dinheiro ficou em caixa, mas elas estão demorando sete ou oito anos para acontecer, essa é a questão.

No meu tempo, de 2000 a 2004, nós tínhamos 30% de capacidade de água sobrando - havia sobra de água, e não foi por acaso. A Cidade se desenvolveu, e o próprio Diretor apresentou os dados aqui de um crescimento poderoso, novas habitações na Zona Sul; no entanto, não foi acompanhado esse crescimento da devida implantação das obras, que estavam previstas, sim, no Plano Diretor de Águas.

Então, dizer que tem R\$ 300 milhões em caixa, que as obras planejadas não aconteceram... Tem problemas, sim, não se pode fazer isso na Administração Pública, porque tem que alterar a tarifa.

O SR. PRESIDENTE (MAURO ZACHER): O Carlos Todeschini prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Obrigado, Ver. Mauro Zacher.

Então, vejam só, a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: ela diz que tem que ser gasto aquilo que for orçado. No entanto, o que aconteceu? Foi orçado, arrecadado, e as obras não foram feitas ao longo desses sete anos. É por isso que há R\$ 200 milhões sobrando. Está muito aquém. Foi feito, mas é muito menos do que deveria ter sido feito. Tenho que falar essas coisas, porque há muita gente acompanhando pela TVCâmara.

É verdade que houve um fenômeno extraordinário, houve muito calor; sempre é complicado. Há um crescimento muito grande, mas isso poderia ser previsto. O calor não pode ser previsto, mas o crescimento da Cidade pode ser previsto. E não foi! Porque essas obras citadas compõem o elenco indicado pelo Plano Diretor de Água, que é bastante moderno. Eu lembro, inclusive, que em 2007 nós autorizamos aqui a contratação de um novo Plano Diretor de Água. E onde está o resultado? Por financiamento. Eu lembro que veio aqui, num dos pacotes, a contratação da atualização do novo Plano Diretor de Águas, que é o que deve reger as ações técnicas do DMAE. E onde é que isso está?

Dizer que há problema de eletricidade? Pode ter. Mas isso é insanável? Não, isso tem remédio. Pode ser usado o sistema de geração. No nosso caso, inclusive no nosso tempo, nós estudávamos a instalação de um gerador, na São Manoel, para tirar fora da operação do horário horo-sazonal para diminuir a conta. O gerador se pagaria em pouco tempo, sendo inclusive movido a gás. Mas eu não acredito que em sete anos a CEEE não conseguiu dar uma resposta autorizativa para viabilizar a implantação de novas redes.

Então, fizemos, mesmo com muito menos recursos, mesmo com a quarta parte dos recursos - e lhe dou razão, Presser -: nós, que lutamos contra a privatização e tínhamos a proibição de financiamentos públicos, que encontramos uma situação totalmente adversa, mesmo assim conseguimos realizar obras que tinham condições de abastecer em plenitude a demanda de Porto Alegre, inclusive em alguns sistemas, como o de Belém Novo, com água sobrando. Fizemos todas as obras, repito, nova captação em Belém Novo, ampliação da ETA, reservatório Boa Vista, reservatório Restinga, reservatório Pitinga - todos para 5.000 metros cúbicos, ou seja, 5 milhões de litros; reservatório Panorama. Mas todas as obras da Glória, até a cota 275. O nosso

Governo foi diferente daquele tempo em que se abastecia até a cota 126, ou seja, 126 metros de altura, quando os pobres não tinham direito à água!

É isso, Ver. João Dib. Eu sei de Prefeitos, por exemplo, que iam inaugurar obras, e inauguravam torneiras de água. Enquanto eles estavam lá, havia água na torneira; eles viravam as costas, não havia mais água nas torneiras por semanas. É só perguntar para quem viveu na Glória e sofreu com isso.

Agora, no nosso tempo, nós tínhamos 99,6% de água abastecida, 24 horas por dia, sem intermitência. Só tínhamos abastecimento por pipa na Ilha, o senhor tem razão, porque os órgãos ambientais não nos autorizaram a fazer as redes. Bem que eu gostaria de ter feito redes lá na Ilha dos Marinheiros, pois havia essa necessidade, sim, mas havia impugnação, havia veto por parte das autoridades ambientais.

Portanto, estamos falando que precisamos fazer com que os recursos sejam aplicados conforme eles são arrecadados. Isso seria uma demonstração de competência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): São 16h50min.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nobre Diretor-Geral do DMAE, Engenheiro Flávio Presser; servidores do DMAE aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras; o Ver. Todeschini foi Diretor-Geral do DMAE e dá a entender que tudo aconteceu quando ele foi Diretor. Esquecemos a história dos 50 anos do DMAE. Quando o Dr. Todeschini chegou, tudo se resolveu. Não! As Estações de Tratamento do DMAE têm capacidade para mais do que a Cidade tem necessidade. Eu não conheço - honestamente não conheço! - essa história de alguém que levou uma torneira, e que depois a torneira não funcionou mais.

Eu poderia falar das duas vezes em que fui Diretor do DMAE - realizei e não deixei problemas para ninguém. Mas não vou fazer isso, não é o que eu estou fazendo aqui. Agora, eu não entendo alguém que vai ali e diz que porque orçou, tem que gastar. Não. E fala na Lei de Responsabilidade Fiscal; o Orçamento faz-se com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Orça a Receita e fixa a Despesa. Então, nem sempre sou obrigado a gastar aquilo que está previsto, eu não posso é gastar mais, até ali eu posso gastar. Então, não é bem como está sendo contado.

Nessa história do DMAE, do Dr. Todeschini, do Dr. Barbosa e de outros que por lá passaram, foi frequente o dinheiro que foi repassado para a Prefeitura. Na primeira vez, eles, pura e simplesmente, deram o dinheiro. Como eu tinha sido Diretor do DMAE e era Vereador, eu reclamei: "O Conselho Deliberativo do DMAE, que está acima do Diretor-Geral, autorizou a transferência do dinheiro para a Prefeitura? Foi feito em lei?". Não, não foi feito lei. Então, foi mandado um Projeto de Lei fazendo a transferência com a autorização do Conselho Deliberativo, e várias vezes o DMAE deu dinheiro para a Prefeitura. Nesta última vez, em 2004, deu R\$ 21,5 milhões - o Dr. Todeschini declarou aí agora, e é verdade. Agora, eu preciso somar: no dia 30 de setembro de 2004, a Prefeitura tinha R\$ 100 milhões em CDBs - R\$ 100 milhões em CDBs! E nós sabemos que, em novembro e dezembro, a Receita da Prefeitura cresce muito, então, quem tinha R\$ 100 milhões em CDBs - portanto estava sobrando dinheiro -, recebeu R\$ 21,5 milhões do DMAE - já são R\$ 121,5 milhões -, e deixou para pagar R\$ 175 milhões de déficit - já quase deu os R\$ 300 milhões. Mas, mais do que isso, na primeira semana do Governo Fogaça, a Prefeitura teve que pagar US\$ 5 milhões do BID. Então, não sei que tanta crítica fazem. No que se refere à cota, esta foi sendo aumentada à medida que as necessidades da Cidade chegaram lá, até porque houve erro na Administração deles de deixar subir o morro. Nós não deixávamos subir o morro; o morro não podia ser avançado, até fazer uma rua em linha reta, porque não dava para vencer a rampa. Então, faz-se uma plataforma, inaugurada com a presença da Família Lima, pagando R\$ 21 mil, com banda de música. Então, realmente, não é assim que se faz: criticar, criticar, criticar! Só eles acertaram; todos os outros erraram. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Sr. Flávio Presser, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE -, a quem agradecemos mais uma vez pela presença, está com a palavra.

O SR. FLÁVIO PRESSER: Obrigado, Sr. Presidente, prometo ser bastante breve, já que houve vários pronunciamentos, obviamente todos eles no sentido de promover um bom debate, primeiro, sobre a importância do Departamento e a necessidade de nós atendermos, crescentemente, as necessidades da Cidade em termos de abastecimento de água, coleta, transporte e tratamento de esgoto, que são, obviamente, responsabilidades do Departamento e delas não podemos nos afastar.

A água, hoje, é considerada um direito humano e nós devemos, obviamente, garantir esse direito a toda a população da Cidade.

Eu teria duas questões que acabaram aqui polarizando um pouco este debate. Primeiro, uma delas que me deixa muito confortável, é a questão do caixa do DMAE, de R\$ 300 milhões. Esse caixa, na realidade, não foi feito por não terem sido realizadas obras; ele foi feito porque ocorreram superávits.

Este ano, por exemplo, o superávit do DMAE foi de R\$ 53 milhões. E por que, na realidade, nós resolvemos ter esses recursos em caixa?

Primeiro, é porque a área de saneamento é intensiva em capital. Prestador de serviço para poder oferecer serviços de acordo com as necessidades da Cidade, e, principalmente, pela sua expansão, e pelo fato de que hoje as respostas que a população quer do Departamento são muito rápidas - até porque as pessoas estão na era da instantaneidade, você manda um torpedo, você *twitta* -, o acesso é extremamente rápido a determinados serviços, a população também quer que o DMAE responda nessa mesma velocidade.

Mas eu quero dizer que essas obras do Departamento são, geralmente, de grande valor. Por exemplo, estamos analisando a necessidade ou não, Ver. Dib, de termos uma outra estação de tratamento para o Extremo Sul, na medida em que aquela é uma área em expansão na Cidade. Lá estão se concentrando, cada vez mais, as habitações de caráter popular. E não pode

acontecer com o DMAE, como está acontecendo em algumas Capitais, nos quais o Programa Minha Casa, Minha Vida não pode mais ser implantado porque a Cidade não pode mais oferecer serviços nem de abastecimento de água nem de coleta e tratamento de esgoto. Por quê? Porque, para aprovar o empreendimento dentro do financiamento da Caixa Econômica Federal, é necessário dispor desses serviços. Se você não tivesse esse recurso, talvez, lá na frente, houvesse um funil, onde a Cidade não poderia mais ofertar infraestrutura, e com isso, esses empreendimentos de caráter social não se viabilizariam.

E a recuperação do investimento é muito lenta, principalmente, quando você faz um serviço, distribui um serviço para a população mais pobre da Cidade.

Falaram, aqui, em esgoto em áreas irregulares. Nós temos um cálculo de que para fazer um ramal de coleta de esgoto numa área irregular, custaria R\$ 1.200,00. Para você retomar um investimento de R\$ 1.200,00, de uma casa popular, é preciso cerca de cem anos para retomar o investimento feito, não tendo contribuído com R\$ 1,00 sequer na prestação do serviço.

Vejam só, precisa ter caixa para poder antecipar investimentos e suportar, ao longo desses anos, a operação desses sistemas. Então, essa é uma característica da área do saneamento que talvez alguns desconheçam, mas que é necessário conhecer.

Segundo, eu quero dizer que existe um fluxo de caixa de reserva do DMAE, para o qual a autarquia não se preparou, que são para as aposentadorias. Eu quero dizer aos meus nobres Vereadores que, até o ano passado, não existia sequer o cálculo atuarial do comprometimento das aposentadorias dos servidores do DMAE! E ninguém sabia o quanto isso ia custar, Ver. Haroldo de Souza. É do PREVIMPA, mas quem dá suporte é o Departamento, é ele que paga aos seus aposentados e às suas pensionistas. E isso vai representar, até o ano de 2030, o dobro da folha de pagamento, são R\$ 100 milhões por ano. Esse caixa suporta esse déficit, por isso, não podemos nos desfazer, porque isso é um compromisso e um direito dos servidores.

E uma terceira razão, para ficar só entre elas e não me estender mais em relação a isso: é tão verdade que as prestadoras de serviços de saneamento precisam estar capitalizadas que, hoje, existem vários desenhos do ponto de

vista de buscar que essas prestadoras de serviços se capitalizem. EPO é uma delas, ou seja, lançamentos de ações para você captar no mercado recursos para poder executar obras; as SPEs, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o Comitê do Fundo aprovou, onde põe à disposição recursos do FGTS para que, junto com o setor privado, se associe numa SPE e invista em saneamento. Autarquia não pode fazer isso, ela não tem autonomia para fazer isso. E o que acontece é que, se nós quisermos preservar o DMAE como autarquia, necessariamente nós temos que ter um caixa. Quem quer se desfazer do caixa, na realidade, está com outra intenção, que é a de não deixar o DMAE permanecer como autarquia, talvez, ou transformar o DMAE numa companhia, que foi um contrato de prestação de serviços que o Todeschini fez na negociação do Pisa, que proporcionou o estudo para a transformação numa companhia; ou, então, pensa mais longe, talvez até numa possível privatização. E se esconde aqui, atacando o caixa do DMAE. Isso precisa ficar muito bem claro, porque, como autarquia, necessariamente, precisa estar capitalizada.

E uma última questão, a dos financiamentos: eu quero dizer que o PAC colocou R\$ 10 bilhões por ano para financiar obras de saneamento. As captações foram metade disso: foram cerca de R\$ 5 bilhões e, no último ano, R\$ 7 bilhões, ou seja, o setor não conseguiu nem captar os financiamentos que o Governo Federal colocou à sua disposição. Isso porque, na realidade, eles não apresentaram as condições exigidas para esse financiamento.

E Porto Alegre tem uma característica muito importante: é a cidade da Copa de 2014. E para poder viabilizar e realizar a Copa e a sua infraestrutura, a Prefeitura está captando recursos junto aos bancos federais - Caixa Econômica Federal e BNDS -, através de linhas de crédito específicas para a Copa de 2014. Isso vai fazer com que a Prefeitura comprometa a sua capacidade de se endividar com esses financiamentos que agora são necessários para a Cidade. E como ficaria o saneamento se o Departamento não tivesse um fundo que lhe permitisse investir ao longo desses anos? Quem iria garantir isso? Ninguém! Por isso precisa-se do caixa. E por isso fizemos o caixa, porque muito mais fácil para mim seria gastar esse dinheiro. Agora, o compromisso que nós temos com a Prefeitura é não meter a mão no caixa, como era feito no passado. É

isso! Antes o Departamento não podia ter caixa, porque a incapacidade ou os déficits recorrentes que a Prefeitura apresentou faziam com que fosse necessário captar recursos internamente, através dos empréstimos, como tão bem aqui o Ver. Carlos Todeschini defendeu. Só que agora esse compromisso, tanto com o Governo Fogaça quanto com o Governo Fortunati, existe, e sabem da importância do saneamento.

Outro tema que se colocou aqui, acredito eu com muita relevância e realmente importante, foi levantado pelo Ver. Mauro Pinheiro, Ver.^a Sofia Cavedon e por outros Vereadores, que é a questão do saneamento nas áreas irregulares.

Realmente, eu quero dizer que a minha consciência em relação a isso, ao déficit, é igual ao déficit que a Administração do PT fez na cidade de Porto Alegre, porque não se criaram áreas irregulares a mais; as áreas irregulares já existem há 20 anos. E existem dificuldades para fazer isso. Muitas dificuldades! Primeiro, porque grande parte dessas áreas, na realidade, veio de loteamentos irregulares, que são de responsabilidade, pela Lei Orgânica do Município, do loteador - não pode o DMAE fazer isso. E o Executivo encaminhou à Câmara, e foi aprovada, a Lei nº 570, de 2007, que permite que o DMAE pelo menos implante lá redes de água, mas ele não está autorizado a fazer rede de esgoto. Essa é uma questão.

Segundo, porque grande parte dessas áreas tem um litígio de posse, tem um litígio da propriedade. Isso precisa ser resolvido porque essas áreas não têm o EVU, e como é que você vai fazer a implantação de uma infraestrutura urbana se nem os arruamentos estão definidos? Essa é a grande dificuldade. Obviamente, temos a obrigação de melhorar essas condições, e isso estamos procurando fazer, gradualmente, através do Programa Água Certa. Já temos prevista a melhoria da infraestrutura de áreas irregulares, que vai atender a 5.000 domicílios. Isso nós estamos negociando com o Orçamento Participativo. Na semana que vem, vamos ter uma apresentação junto ao COP - Comitê do Orçamento Participativo -, porque desenvolvemos redes não convencionais para poder fazer a implantação dessa infraestrutura sem os custos que uma infraestrutura dessas, se obedecesse a todas as regras, teria, e fazer com que realmente melhore a situação sanitária dessas áreas irregulares.

Além desses impedimento, existe um outro impedimento, que é de outra ordem: não é mais permitido nem seria admissível fazer o que era feito no passado, apenas afastar o esgoto; retira o esgoto de uma área dessas e bota no primeiro PV do DEP para que, através do conduto pluvial, da água da chuva, caia nos arroios e no lago Guaíba sem nenhum tratamento. Era até uma emergência do passado, mas isso não é mais legalmente admitido no presente, ou seja, você tem que ter a capacidade de tratar para poder coletar. É isso o que estamos fazendo.

Não é por nada que nós viabilizamos o Programa Integrado Socioambiental, o Pisa, no qual estamos investindo mais de R\$ 400 milhões, e estamos criando um outro sistema de esgotamento sanitário, que é no Sarandi, na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, onde vamos começar a tratar 160 l/s e que já está beneficiando a Vila Elizabeth, a Vila Vitória da Conquista, onde implantamos agora, a Vila Asa Branca, o Loteamento do Bosque. Nessas áreas, todas elas, hoje, está sendo possível implantar infraestrutura porque nós estamos executando uma nova estação de tratamento. Esse também era um impedimento para atuarmos nessa área. Nós não tínhamos como tratar esse esgoto, e por isso esses investimentos feitos na cidade de Porto Alegre são justamente para isso: para retirar da situação indulgente da Cidade, em relação ao esgoto, que é de 27% a capacidade de tratar, para passar para 80%, no final de 2012, este ano. Certo?

Agradeço muito pela oportunidade que os Vereadores me concederam de vir aqui explanar, e quero dizer, obviamente, que nós não estamos negando que há dificuldades, mas as dificuldades estão sendo conduzidas, e acredito que, até o final deste ano, essas questões que aconteceram na Lomba do Pinheiro não venham mais a se repetir. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Nós é que agradecemos a presença do Sr. Flávio Presser, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto, o nosso DMAE.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (17h12min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Com a concordância do Ver. Tessaro e o estímulo de outras Lideranças, entre as quais a do Ver. Pedro Ruas e todos os que constam na relação das pessoas que ocupariam hoje o período de Comunicações, devido ao adiantado da hora e ao clima, nós estamos requerendo o seu adiamento para a próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Que o período de Comunicações seja adiado para a próxima Sessão?

O SR. REGINALDO PUJOL: Sim.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Temos, ainda hoje, o Grande Expediente.

O pedido feito pelo Ver. Reginaldo Pujol e Nelcir Tessaro abrange o Grande Expediente também ou é apenas para o período de Comunicações?

O SR. NELCIR TESSARO: Todos.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Que o Grande Expediente e o período de Comunicações sejam transferidos para a próxima segunda-feira?

O SR. LUIZ BRAZ (Questão de Ordem): Sr. Presidente, como este Vereador está inscrito no Grande Expediente, eu acho que não podem, de repente, transferir simplesmente esse período sem nem me consultar. Então, eu acho que o que está em votação é o período de Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Precisa haver um acordo entre todos. A Maria Celeste...

O SR. LUIZ BRAZ: Eu posso inverter; se os Vereadores quiserem, nós invertemos e faremos o Grande Expediente agora.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Faremos o Grande Expediente agora e transferimos as Comunicações para segunda-feira?

O SR. REGINALDO PUJOL: Vereador, o nosso Requerimento era tão somente com relação ao período de Comunicações. Se o Ver. Braz não concorda com o período de Grande Expediente, então que não se adie o Grande Expediente, que ele se cumpra hoje e que se decida pela nossa transferência.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Permanecemos, então, com o Grande Expediente para hoje, e o período de Comunicações para a Sessão da próxima segunda-feira.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que o período de Comunicações do dia de hoje seja realizado na Sessão da próxima segunda-feira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o que se registra na tribuna para os Anais da Casa registra-se para a história.

Hoje, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - prestou uma homenagem à figura do ex-Presidente João Goulart, o Dr. Jango, cuja história é bastante conhecida. Nós, do trabalhismo, da árvore trabalhista, do tronco trabalhista, é bom que se diga, em determinado momento, Ver. João Antonio Dib, que o trabalhismo se

esgalhou, é verdade, no correr da história, uma ala, uma área, enfim, um galho para o PDT e outro para o PTB. Nós temos um compromisso de ofício. Eu dizia hoje, na oportunidade, que temos um compromisso, de ofício, de referenciar a figura do notável Presidente João Goulart, que, se vivo fosse, estaria fazendo hoje 93 anos de nascimento.

O Dr. Jango foi apeado do poder, ele Presidente constitucional deste País; Vice-Presidente da República, com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a Presidência da República.

Eu gostaria de dar o meu depoimento. O Dr. Jango caiu pelos acertos, vejam, e não pelos erros. Rememorávamos hoje, todos nós, na herma junto à Av. Pres. João Goulart, exatamente as contribuições dadas pelo Presidente Jango, que foi Ministro de Getúlio e, em determinada oportunidade, Ministro do Trabalho, vejam bem. Em determinado momento, em face do desgaste dos salários, ele dobrou o salário mínimo, atendendo à grande massa dos trabalhadores brasileiros. Depois, com o seu plano de reformas de base, que se fossem aplicadas naquela época, por certo estaríamos em melhores condições, comparando com as condições em que vivemos hoje.

Todos sabem que foi oferecido ao Dr. Jango, no exílio, a possibilidade de regressar ao País. O Dr. Jango disse: “Enquanto houver um brasileiro no exílio, continuarei aqui”. Ele tinha um amor imenso pelo Brasil, tanto é verdade que ele vinha até a fronteira do Brasil com a Argentina e com o Uruguai para olhar para o Brasil. Portanto, não aceitou, Ver. João Antonio Dib, vir antes da anistia, Ver. Reginaldo Pujol, quando lhe ofereciam, criavam as condições para que ele voltasse. Ele declara que o último brasileiro a retornar a este País seria ele; enquanto tivesse um brasileiro no exílio, ele continuaria no exílio. Infelizmente, passou morto pela fronteira do Brasil, lá em São Borja.

Fica aqui o registro do Partido Trabalhista Brasileiro, que hoje esteve na herma, na Av. João Goulart, prestando uma homenagem a esse grande brasileiro, um homem dedicado, um homem que muito lutou pelo desenvolvimento do seu País. Obrigado pela oportunidade; faço, assim, o registro do Partido Trabalhista Brasileiro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; antes de mais nada, quero cumprimentar o Ver. Elói Guimarães pelo seu pronunciamento. Na verdade, as lições de tolerância, de diálogo e de renúncia do ex-Presidente da República o fazem grande. A história, certamente, lhe fará justiça. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna porque o jornal Zero Hora no dia de hoje, na pág. 48, no espaço destinado às notícias da Região Metropolitana, traz uma matéria cuja manchete é “Lei de construções pode perder força”, que apresenta manifestação da Ver.^a Sofia Cavedon. É repetitiva, Ver. Haroldo, pois é uma posição por ela já externada nesta tribuna sabidamente equivocada e devidamente esclarecida quando do encaminhamento da Emenda nº 12 ao Projeto do EIV, que, por ter sido aprovado por 18 Vereadores e rejeitado por sete, não alcançou o quórum e retorna à votação na segunda-feira. Tenta-se, através da mídia, uma distorção do processo. Está absolutamente claro, os Anais registram - nós tivemos o cuidado de hoje solicitar à Taquigrafia - e está ali perfeitamente claro que esse fato foi devidamente esclarecido antes que ocorresse a votação, que agora será renovada. Ficou muito bem explicitado que, por mais confusão que se quisesse fazer, o objetivo efetivo da Emenda eram os itens II, III e VI do § 1º do art. 8º do Projeto de Lei.

Então, estou fazendo essa colocação, estou encaminhando ao jornal Zero Hora um esclarecimento, vou registrar na Casa, vou anexar uma manifestação para que conste nos Anais, para que não haja esse subterfúgio na votação da próxima segunda-feira. Está mais do que claro o que foi votado e o que ocorrerá em renovação de votação. Por isso, eu lamento que não esteja presente, no momento, a Ver.^a Sofia, sempre muito diligente, que, obviamente, por alguma razão, não está neste momento aqui na Casa - até há bem pouco tempo estava -, pois ela certamente gostaria de oferecer algum reparo a essa nossa colocação. E nós fizemos de forma muito explícita, não há por que se fazer confusão. A Casa está devidamente esclarecida do que votou na

oportunidade e do que votará na nova oportunidade que regimentalmente, Ver. Haroldo de Souza, se estabelece com um Requerimento feito pelo Ver. Mario Fraga, que V. Exa. acolheu na ocasião e que a Casa sobre ele deliberou no dia de ontem, ensejando que, na segunda-feira, nós nos reencontrássemos com esta matéria. Fica claro, preciso, muito preciso, muito claro que os objetivos são os que eu descrevi hoje, como havia descrito anteriormente quando daquela votação, minutos antes, segundos antes até de que a votação ocorresse, através do microfone de apartes, e com a plena concordância e consciência de quem dirigia os trabalhos na ocasião. Muito obrigado, Ver. Haroldo de Souza. Concluo dentro do tempo regimental, como é o seu pedido. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. MAURO ZACHER: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro, eu quero dizer da alegria de ver os pronunciamentos dos Vereadores que me antecederam, justamente no dia em que João Goulart completaria 93 anos. Nós estaremos na Av. João Goulart fazendo uma homenagem, e convido todos os Vereadores a estarem presentes, juntamente com a família trabalhista, que faz, do dia de hoje, um dia, Ver. Pujol, que já está confirmando a sua presença, para referendar e lembrar a importância que João Goulart teve na história do Brasil. Eu quero dizer que me tornaria repetitivo se relembresse todos os feitos de Jango, Elói, na sua vida pública, seja como Deputado, seja como Ministro, seja como líder partidário ou Vice-Presidente da República por duas vezes eleito. Nos minutos que eu tenho não seria possível dizer tudo que, em tão pouco tempo e com tanta coragem, João Goulart fez para, em tempos tão difíceis, implementar tantas políticas sociais para o nosso País.

Eu diria aos meus colegas Vereadores, em nome do meu Partido, que nós, que somos de uma nova geração, que herdamos essa tradição, somos um Partido talvez diferente de todos os outros, pois fazemos questão de referendar a nossa história, a nossa tradição. E fazemos isso porque temos orgulho dela;

fazemos isso porque temos muito a dizer pelos grandes feitos desses homens como Jango, Getúlio, Brizola na história deste País. Eles nos deixaram um grande legado, e o principal deles foi exatamente dizer o lado em que devemos estar. Eles deixaram bastante claro para nós, trabalhistas de uma nova geração, que neste Plenário, no Governo ou em qualquer lugar em que estejamos estaremos defendendo o lado dos que mais precisam, defenderemos sempre os trabalhadores. Isso fica muito claro para nós. Parece repetitivo ou é motivo de questionamento por que os trabalhistas fazem tanta reverência à sua tradição, mas o fazemos porque temos um grande orgulho da história linda do trabalhismo com o Brasil.

Por isso, estaremos, às 18h, comemorando e referendando os 93 anos de Jango, mas, sobretudo, referendando a história do trabalhismo com este País em momentos difíceis. Homens como Jango e Brizola, que sofreram com a ditadura, permitiram que nosso País realizasse uma democracia forte, um país que pensasse o seu desenvolvimento, a sua industrialização e, mais, implementaram grandes reformas sociais que permitem hoje nós construirmos um País muito mais justo.

Viva Jango! Viva o trabalhismo! Por isso estaremos referendando o aniversário desse grande brasileiro que fez história no nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Luiz Braz está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; agradeço aos Vereadores que permaneceram neste plenário para que pudéssemos ter a sequência da Sessão e eu pudesse utilizar esses 15 minutos do Grande Expediente.

Venho hoje, Ver. Haroldo de Souza, para falar sobre um tema que V. Exa. tem tratado muitas vezes, tanto neste plenário como na sua emissora, onde V. Exa.

pode se comunicar com milhares de ouvintes; vim falar sobre alguma coisa que esta Casa não pode silenciar: sobre aquilo que está acontecendo entre a empresa Andrade Gutierrez, o Internacional e agora com a participação inexplicável da Presidente da República. Não pode, Ver. João Dib, numa Federação onde a Presidente deve estar acima das relações menores e deve estar tratando das grandes relações que nós temos dentro da sociedade, ela pautar com o seu compromisso com toda a Nação, vir até uma cidade como Porto Alegre, que vai sediar a Copa do Mundo, ou, pelo menos, estamos presumindo que ela vai sediar a Copa do Mundo, e fazer as declarações que fez, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, de que a empresa que deve fazer a reforma no Beira-Rio tem que ser a Andrade Gutierrez e que quem vai financiar, ela também já sentenciou: tem que ser o Banrisul.

Ora, nós sabemos que, lá em São Paulo, o ex-Presidente Lula também interveio numa determinada oportunidade para que o Corinthians, o seu time do coração, fosse aquele time contemplado com um estádio de futebol, recebendo recursos não do bolso do Sr. Lula da Silva, mas recursos públicos para fazer um estádio. Quando nós vemos que isso aconteceu por lá, e quando a gente ouve os comentários maiores em todos os cantos do País, e principalmente quando vêm dos melhores analistas econômicos do País, percebe que vai ter muita maracutaia. E está havendo muita maracutaia! É um termo inclusive utilizado pelo próprio ex-Presidente Lula da Silva. E aquele processo também de licitação, da Lei das Licitações, deixando passar os prazos naturais para que as licitações pudessem ser feitas nessa tropelia que estão sendo feitas... Isso tudo era para que algumas pessoas pudessem tirar proveito.

Ora, quando esses comentários foram feitos, há algum tempo, a gente já começava a pensar: quem é que vai tirar proveito dessas tropelias das licitações? Até agora eu estou vendo o seguinte: quem agiu de uma forma incorreta, por duas oportunidades - Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. que acompanha aqui neste plenário, Ver. João Dib, que é o Líder da situação - foi o PT. Duas vezes de maneira incorreta! Uma, através do seu líder maior, o Sr. Lula da Silva, com relação ao estádio do Corinthians, que eu tenho certeza absoluta de que ninguém neste País conseguiu digerir. E a outra, nessa

oportunidade: quando o Internacional, com toda a certeza, poderia fazer a reforma do seu estádio gastando muito menos do que vai gastar se pudesse contratar outra construtora, ou se pudesse fazer, como queria, com recursos próprios. Mas, inexplicavelmente, no momento em que parecia que a Andrade Gutierrez ia se retirar do negócio, vem às pressas a Presidente deste País e diz: “Não”. Chama lá os seus guerreiros, a sua tropa de choque, e diz:” Tem que ser com a Andrade Gutierrez, ela não pode se afastar”, não permitindo que o Internacional pudesse chamar uma outra empresa. Ora, quem é que está ganhando com isso? Por que tem que ser o Banrisul, já que o próprio Presidente, o Túlio Zamin - que também já dirigiu a Carris, no nosso Município -, afirmou que a Andrade Gutierrez deveria arranjar uma outra entidade para financiar porque o Banrisul não seria a única entidade que poderia financiar. Então, que se chamasse o BNDES e outras entidades; mas, não, a Presidenta diz que tem que ser o Banrisul.

Outra coisa que ninguém consegue entender, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras: por que a Arena do Grêmio, que vai ficar pronta em novembro, que não tem nem um tostão de dinheiro público, não pode ser a alternativa? Meu Deus do Céu! Em São Paulo, quando aconteceu aquela benesse dada ao Corinthians, era porque o Presidente da República era corintiano. Aqui em Porto Alegre, com relação ao Internacional, todos que estão ligados à Copa do Mundo dizem, pelo menos aqueles ligados ao Governo Federal, que têm que ser no Beira-Rio. Será que é por que a nossa Presidenta da República é colorada? Eu não sei. Isso ficou sem explicação. Como vamos permitir que um gasto muito maior seja feito simplesmente porque a Presidenta quer que o estádio seja o do Internacional, lá no Beira-Rio, quer que seja a construtora Andrade Gutierrez, e quer que o órgão financeiro seja o Banrisul? Quanto vamos perder aqui como sociedade para que a Presidenta da República imponha a sua vontade? Claro, quando eu falo Presidenta da República, é porque ela está um grau acima de todos nós. Ela nos preside, ela é a Presidenta de todos nós, mas é claro que aquelas pessoas que estão abaixo da Presidenta da República, como aqui o Dr. Tarso Genro, também devem estar nessa tropa de choque da Presidenta da República para garantir os recursos, para garantir que seja feito o contrato com a construtora

Andrade Gutierrez, para garantir que a Copa seja feita no Estádio Beira-Rio. Se tivéssemos aqui, Ver. João Dib, uma federação, se fôssemos uma federação, primeiramente, nós não teríamos tanto dinheiro nas mãos do Governo Federal. Esses recursos, que são arrecadados através dos impostos de todos nós, voltariam para os Estados e Municípios de uma forma melhor, e aí, quem sabe, não ficaríamos mendigando na hora de fazer uma obra de maior arrojo e necessária para a nossa região.

Quando se fala que a duplicação da Av. Tronco, a duplicação da Av. Voluntários da Pátria, a duplicação da Av. Beira-Rio e aquelas outras obras, as obras de arte, ali na Perimetral, serão feitas com dinheiro da Federação, dinheiro da União, é porque os recursos deste País, em grande proporção, estão nas mãos da União, e apenas migalhas ficam com os Estados e Municípios. Se não fosse assim, nós não estaríamos vivendo uma situação como esta, meu caro amigo Ver. João Dib, Líder da situação neste Plenário.

O Sr. João Antônio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Luiz Braz, essas obras serão feitas com recursos do Município de Porto Alegre, que obteve financiamento autorizado por esta Casa no dia 31 de maio do ano passado, e não pelo Governo Federal, que fala como se realmente fosse participar da realização dessas obras. Não. A Caixa Econômica financia, e o povo de Porto Alegre pagará as obras, que são realmente importantes. Por outro lado, o Prefeito Fortunati declarou que o dia 31 de março é o prazo fatal para que se defina o Estádio Beira-Rio ou outra alternativa, e já mandou gente a Brasília para tratar desse problema.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver. João Dib, eu faço uma aposta com V. Exa.: esses recursos que vêm para o nosso Município e que o Município terá de devolver, num primeiro momento, eles vêm de instituições federais. Nós não temos orçamento para arcar com todas essas obras que vamos realizar. Nós não temos aqui no nosso Orçamento nada que possa realmente vir a dar essa possibilidade de fazermos essas obras. O que nós estamos pegando de recursos são os provenientes das áreas federais. Nós não temos no nosso

Orçamento, Ver. João Dib - e nós votamos juntos o Orçamento aqui de Porto Alegre -, caixa suficiente para fazer todas essas obras.

O Sr. João Antonio Dib: Nobre Ver. Luiz Braz, realmente, dentro do Orçamento nós não temos condições de realizar essas obras. Mas a Prefeitura tem - sempre teve, com exceção de quatro, cinco anos atrás, depois de 2004, mais precisamente - capacidade de endividamento para buscar financiamentos internacionais ou nacionais.

O SR. LUIZ BRAZ: Eu pergunto para V. Exa.: quem está emprestando o dinheiro para o Município de Porto Alegre?

O Sr. João Antonio Dib: A Caixa Econômica Federal.

O SR. LUIZ BRAZ: E a quem pertence a Caixa Econômica Federal, Ver. João Antonio Dib?

O Sr. João Antonio Dib: Mas o empréstimo será pago pelo Município de Porto Alegre, não de mãos beijadas, como a Presidente Dilma, às vezes, diz: "Ah, porque vamos fazer a Av. Voluntários da Pátria e a Av. Tronco" - eu já a ouvi falando isso. Mas, não, não; as obras serão feitas pelo Município e pagas pelo povo de Porto Alegre.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver. João Dib, V. Exa. me honra muito com o aparte, mas tenha a certeza do seguinte: se nós tivéssemos uma federação, esses recursos que, agora, estão vindo através da Caixa Econômica Federal, como são recursos federais, com toda a certeza, eles estariam aqui, estariam no Estado, porque, afinal de contas, nós não precisaríamos pedir esses recursos para a União. Quem está assinando embaixo para que a Caixa Econômica Federal possa fazer esses empréstimos aqui e para que essas obras possam ser feitas? E pergunto a V. Exa.: se não fosse, por exemplo, o Beira-Rio, o estádio que iria sediar a Copa do Mundo, será que seria feita a duplicação da Av. Tronco? Será que seria feita a duplicação da Av. Beira-Rio? Ou será que esses

recursos que, hoje, estão sendo aplicados aí nessas duplicações estariam indo lá para a Zona Norte da Cidade?

O Sr. João Antonio Dib: Houve facilidade do financiamento em relação à Copa do Mundo, por isso, a Cidade está ganhando.

O SR. LUIZ BRAZ: Ah, sim, com toda a certeza, mas se mudar a sede da Copa do Mundo, nós vamos colocar recursos em outros locais e não ali. Então, claro, que esses recursos só estão vindo exatamente porque o Governo Federal quer, muito embora sejam apanhados da Caixa Econômica Federal. Era isso, e quero agradecer aos Vereadores que aqui permaneceram: Tarciso, Mauro, Dib, Haroldo de Souza... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Nós é que agradecemos, Ver. Braz. São 17h46min, e eu não esperava ter um momento como este, de constrangimento. Anunciar um orador, no plenário, para tão poucos presentes, é um constrangimento que eu não esperava. Então, no Grande Expediente, pelo que disse o Ver. Luiz Braz, estou anunciando, para falar em nome do PRB, o Ver. José Freitas. Estamos com a presença dos seguintes Vereadores em plenário: Luiz Braz, Mauro Pinheiro, Tarciso Flecha Negra, João Dib, e esta Presidência.

O Ver. José Freitas está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. JOSÉ FREITAS: Muito obrigado. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, aproveitando este momento, venho trazer a todos uma pauta que, com certeza, não é a primeira vez que é tratada nesta Casa. Já houve outros momentos de discussão sobre este tema que hoje quero trazer, mais uma vez, para o debate neste plenário, que é a Educação, em especial, a Educação Infantil. Esse tema é de extrema importância para o desenvolvimento e o crescimento de uma sociedade mais igualitária.

No dia 27 de fevereiro, tive a oportunidade de participar, juntamente ao Prefeito José Fortunati e o Presidente desta Casa, Mauro Zacher, da cerimônia de abertura do ano letivo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Moradores da Hípica, Zona Sul de Porto Alegre.

Talvez para alguns dos Srs. Vereadores aqui presentes este ato não seja nenhuma novidade. A novidade em si a ser divulgada é que a cidade de Porto Alegre tem se preocupado em buscar melhores condições na Educação.

No momento da cerimônia, pude presenciar alguns avanços, no sentido de que as nossas crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação de qualidade, a profissionais mais qualificados, a espaços que garantam segurança e condições adequadas para o atendimento, para que as crianças busquem algo estimulante e saiam da rotina diária, podendo a recreação ser utilizada como incentivo ao esporte, à execução de atividades culturais e artísticas.

A responsabilidade de educar o indivíduo e transformá-lo em peça fundamental numa sociedade deixou de ser apenas papel da família e passou a ser responsabilidade do Estado e da sociedade em geral. Falando de um tema tão importante, me encorajo a dizer que, apesar de todos os esforços que estão sendo feitos pelo Governo, pela sociedade em geral, ainda não alcançamos o ideal. As nossas crianças precisam de mais; melhorar a Educação é dizer que precisamos de mais recursos, e, nesse sentido, a igualdade de condições, de oportunidades pode se essencial nas políticas públicas de Educação.

Então, podemos afirmar que Educação em nossa Cidade é prioridade absoluta. E a garantia desse direito, senhores e senhoras, depende muito de todos nós. Com certeza, é necessário ter o tema Educação como pauta permanente nesta Casa; seguir melhorando, qualificando, garantindo e ampliando a rede de atendimento na Cidade deve ser a meta desta Casa. É preciso, sim, ter comprometimento para que cada um de nós sintam-se desafiado a buscar, através de mais recursos para a Educação, a garantia de que milhares de crianças que ainda estão fora da rede de atendimento tenham acesso à escola, à creche, à Educação Infantil, às SASEs, em turno inverso à escola.

E por que não falar de um tema tão importante que é a escola em turno integral? Aqui em Porto Alegre, de acordo com informações apresentadas pela

Professora da UFRGS, Maria Luiza Rodrigues Flores, em 2011, a maior parte do atendimento público à Educação Infantil foi realizado por 196 escolas e creches conveniadas, pois a Cidade contava com apenas 34 escolas municipais e sete jardins de praças. A Capital atendeu 40.490 crianças de um total de 94.890, de zero a cinco anos. O déficit foi de mais de 50%. Em 2012, precisa ser diferente.

Nossa Cidade é pioneira nesse debate, é em que precisamos travar e buscar incessantemente, pois o melhor para todas as crianças e adolescentes, principalmente das camadas mais necessitadas da nossa Cidade, é que todas estejam incluídos.

Esse é um desafio, pois sei que aqui estão presentes colegas Vereadores e Vereadoras que também carregam essa bandeira. Quero que saibam que fui Conselheiro Tutelar durante dois mandatos. Atuei nas redes de atendimento e tenho clareza do que ainda falta nesta Cidade, principalmente na área da Educação, e falo por conhecimento de causa. É necessário priorizar mais recursos e, com certeza, ocorrerão significativas mudanças, não sendo isso garantia de acesso.

Diante disso, quero me somar aos caros colegas para fortalecer e construir novos pensamentos que projetem um futuro de nossas milhares de crianças e adolescentes, garantindo a todas o ingresso na rede de proteção. Segundo o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, todos têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento pessoal ao preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando à criança e ao adolescente o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito. A Lei também prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, inclusive com eventuais programas suplementares.

Tenho convicção de que um dia não veremos mais crianças perambulando, perdidas, solitárias e sem futuro pelas ruas da nossa Cidade. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Nós é que agradecemos.

Com a presença dos Vers. José Freitas, Tarciso Flecha Negra, Mauro Pinheiro, João Antonio Dib e Luiz Braz, às 17h54min, estamos encerrando a 12ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da XV Legislatura, neste primeiro de março de 2012. Obrigado, e que tenham todos uma boa noite!.

(Encerra-se a Sessão às 17h54min.)